

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

LUIZ EDUARDO KOCHHANN

**A PROXIMIDADE COMO VALOR NO
JORNALISMO LOCAL: ESTUDO DOS JORNAIS
*DIÁRIO POPULAR, A RAZÃO E DIÁRIO DA
MANHÃ***

PORTO ALEGRE
2013

LUIZ EDUARDO KOCHHANN

**A PROXIMIDADE COMO VALOR NO
JORNALISMO LOCAL: ESTUDO DOS JORNAIS
*DIÁRIO POPULAR, A RAZÃO E DIÁRIO DA
MANHÃ***

Trabalho de conclusão apresentado ao Departamento de Comunicação da FABICO, UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Aline do Amaral Garcia Strelow

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Aline do Amaral Garcia Strelow

Orientadora

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Examinadora

Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Examinadora

PORTO ALEGRE
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado “A proximidade como valor no jornalismo local: estudo dos jornais *Diário Popular*, *A Razão* e *Diário da Manhã*” de autoria de Luiz Eduardo Kochhann, estudante do curso de Comunicação Social - Jornalismo, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 25 de novembro de 2013.

Assinatura:

Nome completo do **orientador**: Aline do Amaral Garcia Strelow

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Vera Lúcia Menegolla e Cláudio Kochhann, pelo apoio irrestrito.

Agradeço à professora Aline Strelow pela confiança e dedicação.

“Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos”

(Friederich Nietzsche)

RESUMO

Este trabalho analisa a construção do noticiário em três jornais do Interior do Rio Grande do Sul: Diário Popular, de Pelotas; A Razão, de Santa Maria; e Diário da Manhã, de Passo Fundo. A metodologia de análise de conteúdo foi aplicada em exemplares publicados entre 2002 e 2012, com objetivo de traçar um panorama contemporâneo e compreender a relação entre as especificidades ligadas ao caráter local e os seus padrões de noticiabilidade. Para isso, a fundamentação teórica engloba, entre outros, estudos de Dornelles e Peruzzo sobre a imprensa interiorana e a reconstituição, realizada por Rüdiger, do seu desenvolvimento no estado. A proximidade é o valor mais frequente nas capas. Mas, embora privilegiem acontecimentos de interesse público no seu âmbito de circulação, as publicações não se constituem como voz legítima dos anseios das comunidades.

Palavras-chave:

Jornalismo local – Imprensa no Rio Grande do Sul

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gêneros Jornalísticos - <i>A Razão</i>	49
Gráfico 2 - Gêneros Jornalísticos - <i>Diário da Manhã</i>	49
Gráfico 3 - Gêneros Jornalísticos - <i>Diário Popular</i>	50
Gráfico 4 - Proximidade Geográfica - <i>A Razão</i>	50
Gráfico 5 - Proximidade Geográfica - <i>Diário da Manhã</i>	51
Gráfico 6 - Proximidade Geográfica - <i>Diário Popular</i>	51
Gráfico 7 - Temas - <i>A Razão</i>	52
Gráfico 8 - Temas - <i>Diário da Manhã</i>	53
Gráfico 9 - Temas - <i>Diário Popular</i>	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA E A NOTÍCIA LOCAL	15
2.1	JORNALISMO LOCAL: TERRITÓRIOS E NOTICIABILIDADES	16
2.2	O LOCAL E O COMUNITÁRIO: INTERSECÇÕES E PROBLEMÁTICAS	21
3	O JORNALISMO NO RIO GRANDE DO SUL	28
3.1	A POLÍTICA NA GÊNESE DA IMPRENSA GAÚCHA: O SÉCULO XIX	28
3.2	O SÉCULO XX E A EMERGÊNCIA DA NOTÍCIA	33
3.3	A INDÚSTRIA CULTURAL E O MONOPÓLIO DO CAPITAL	34
3.4	JORNALISMO LOCAL NO RS: A TRAJETÓRIA DE TRÊS PERIÓDICOS	37
3.4.1	Diário Popular	37
3.4.2	A Razão	39
3.4.3	Diário da Manhã	42
4	ANÁLISE	46
4.1	METODOLOGIA	46
4.2	A PROXIMIDADE COMO VALOR NO JORNALISMO LOCAL	55
4.3	O NOTICIÁRIO POLICIAL EM DESTAQUE	61
4.3.1	As reivindicações das comunidades	62
4.3.2	A prevalência das fontes institucionais	62
4.3.3	Casos de violência	63
4.3.4	Sensacionalismo	65
4.4	A POLÍTICA NAS PÁGINAS DO DIÁRIO POPULAR	66
4.4.1	Ausência do debate municipal	67
4.4.2	Fatos de interesse da comunidade	69
5	CONCLUSÃO	72
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
	ANEXOS	80

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a atuação dos grandes meios de comunicação e suas implicações tecnológicas, sociais, culturais, cognitivas, econômicas e políticas são perenes. Nos últimos 20 anos, entretanto, a despeito do baixo interesse da academia, o jornalismo de caráter local tem se desenvolvido e constituído problemáticas de grande relevância em seu entorno. Enquanto o processo de globalização diminuiu fronteiras e impulsionou a integração do mundo em uma aldeia global, interligando informações e unificando formas de pensar e agir, a regionalização das comunicações também se apresenta como tendência. É nesse cenário dinâmico, por vezes repleto de paradoxos, de troca mútua entre o global e o local, que o jornalismo produzido no Interior se apresenta como alternativa ou complemento às publicações das grandes cidades.

Leitores de comunidades menores, em busca de informações de interesse público local sobre acontecimentos com impacto direto nas suas vidas, na maioria das vezes ausentes das publicações nacionais, tornaram-se público potencial para a expansão dos meios de comunicação instalados no interior do Brasil. Principalmente a partir dos anos 1990, os jornais locais assumiram a responsabilidade por essa demanda e transformaram-se, frequentemente, em parceiros das comunidades na luta por suas reivindicações sociais. A posição ativa dos jornalistas, conforme observou Dornelles (2004), no Rio Grande do Sul, assinalava a presença de características do jornalismo comunitário nessas publicações, apesar delas constituírem-se como empresas jornalísticas.

Outras pesquisas, como as de Peruzzo (2005) e Lopes (1996) – ampliando a abordagem para outros estados -, reafirmaram o protagonismo desse jornalismo, como cumpridor de um importante papel comunicacional. Afinal, aproveitando-se da sua proximidade com os acontecimentos, se consolidaram como referência para as populações de suas cidades de uma forma que os grandes jornais não conseguiam fazer. Nesse sentido, a linguagem e o conteúdo em consonância com a realidade local, em um momento de franca evolução do processo de globalização, são fundamentais para que os leitores se identificassem com o noticiário.

Por outro lado, desde a formação das primeiras empresas de comunicação no interior do Rio Grande do Sul, por exemplo, a influência de partidos políticos ou de pequenos grupos familiares ligados a interesses econômicos particulares acarreta,

ocasionalmente, a ocorrência de vícios durante a prática jornalística. Peruzzo e Dornelles, durante suas investigações, apontam, entre outras questões, a utilização acrítica dos *press-releases* encaminhados por assessores dos poderes executivo e legislativo, além da busca exclusiva por fontes oficiais, como fatores responsáveis pela precarização da qualidade desses jornais. Sistemáticamente, as observações do conteúdo revelaram diversos casos de omissão em relação às polêmicas ligadas a essas instituições administrativas. Embora não sejam regras, tais características acabam comprometendo a autonomia do jornal e o cumprimento de uma de suas funções básicas: a fiscalização do poder público. Peruzzo (2005) destaca ainda a tendência da mídia local em copiar a imprensa da capital, valendo-se da reprodução de colunas e da apropriação de reportagens especiais de grandes jornais. Dessa forma, os assuntos globais e nacionais ocupam espaço das informações especificamente locais, sobre as quais deveria estar pautada a apuração jornalística desses periódicos.

Cabe destacar também que, mesmo com a nítida evolução obtida nos últimos anos, os jornais locais possuem certo atraso na atualização tecnológica se compararmos com os centros econômicos do Brasil, seja na infraestrutura das redações ou dos seus parques gráficos, o que gera impacto negativo na qualidade editorial e gráfica. Em parte como consequência da fragilidade estrutural, novos profissionais do jornalismo não encontram motivação para trabalhar em cidades menores, mesmo com o jornalismo local apresentando-se como opção para um mercado de trabalho saturado nos grandes centros. Por isso, não é raro ver profissionais de outras áreas ocupando as redações; ou equipes diminutas responsáveis pela cobertura dos mais variados segmentos.

Nesse cenário, diversas problemáticas se impõem para o estudo da comunicação social contemporânea no Interior: como se constitui a prática jornalística nessas cidades? Como definir o que é ou não notícia para essas publicações? De que maneira o caráter local tem influência na formatação do noticiário? Qual papel esses jornais têm assumido na sua área de atuação? O que mudou na última década e quais são as tendências editoriais encontradas nessas publicações?

Por isso, em busca de indícios e respostas para algumas dessas questões, este estudo se propõe a analisar os seguintes jornais: *Diário Popular*, de Pelotas; *A Razão*, de Santa Maria; e o *Diário da Manhã*, de Passo Fundo. No âmbito das

discussões acadêmicas sobre o *jornalismo local*, o objetivo é identificar os critérios de noticiabilidade, os gêneros, as temáticas e as categorias editoriais mais frequentes nas capas das três publicações. Logo após, estudar uma parcela das matérias com chamadas de capa a partir da análise de conteúdo. E, dessa forma, tentar compreender a relação entre as especificidades ligadas ao caráter local dos periódicos e os seus padrões de construção da notícia.

A escolha do *corpus* de trabalho pretende englobar três regiões socialmente representativas do Estado: Sul, Centro e Norte. Formando, assim, o quadro mais amplo possível da prática jornalística gaúcha, dentro do tempo disponível para o desenvolvimento do trabalho. Os jornais são de periodicidade diária, com tiragens consideravelmente amplas dentro da sua área de circulação. Além disso, levou-se em conta a disponibilidade de acesso ao acervo para as datas selecionadas para a análise¹.

A redação do *Diário Popular* está localizada em Pelotas, mas sua atuação abrange 23 municípios da Zona Sul. Com 122 anos de história, possui tiragem de 161.500 exemplares. *A Razão* foi fundado em 1934, em Santa Maria. Atualmente, seus 46 mil exemplares diários alcançam 40 municípios do Centro e da Fronteira Oeste, além de Porto Alegre. O *Diário da Manhã*, por sua vez, iniciou sua história em 1935, na cidade de Passo Fundo. Possui uma tiragem de 36 mil exemplares, em mais de 20 municípios das regiões Norte e Planalto Médio.

A seleção dos exemplares analisados teve o objetivo de formar um panorama abrangente de uma década inteira, por meio de uma amostragem figurativa do período em questão. O recorte entre os anos de 2002 e 2012 pretende formular um estudo contemporâneo do jornalismo local, verificando tendências e inferindo novas perspectivas para os periódicos nesse espaço de tempo. Afinal, a tomada das redações pelos computadores e a expansão da internet no início da década, além da reorganização do fluxo de informações, foram responsáveis por mudanças radicais nas empresas e nas práticas jornalísticas de uma forma geral.

Tendo em vista a dificuldade de trabalhar com todas as edições, foi construída uma década figurativa, com a intenção de ilustrar a atuação das publicações na época. Dos três jornais, foi selecionada uma edição anual, entre os

¹ Nenhum dos jornais mantém arquivo digital. O Museu da Comunicação Hipólito José da Costa conta com exemplares do *Diário Popular* e *A Razão*. O *Diário da Manhã* foi escolhido pela disponibilidade de obter as fotos em Passo Fundo.

anos de 2002 e 2012. Obtemos um total de 11 capas de cada publicação, uma correspondente a cada ano. O material consolidado soma, portanto, 33 capas. Esperamos, assim, observar as mutações editoriais nesse período, o que contribuiria para o conhecimento sobre o jornalismo local gaúcho.

De acordo com Rüdiger (1993), o surgimento da imprensa no interior do Rio Grande do Sul está intimamente relacionado às movimentações políticas que desembocaram na Revolução Farroupilha, em 1835. Embora o primeiro jornal seja da Capital - o *Diário de Porto Alegre*, de 1827 - nos oito anos subsequentes, 32 publicações foram lançadas, com tiragens médias de 400 exemplares e conteúdo de forte conotação política. Rio Grande e Pelotas, duas cidades da região Sul com potencial econômico destacado, abriram caminho na história dos jornais locais, ainda com textos marcados pela doutrinação ideológica e sem redações formatadas do modo como conhecemos hoje.

Após um breve período de estagnação após a Guerra Civil, as publicações evoluíram tecnologicamente, perdendo o caráter artesanal em prol da manufatura baseada na máquina a vapor. O cunho político-partidário seguiu ditando o tom da prática jornalística. O *Diário de Pelotas*, por exemplo, surgiu em 1867 como meio de divulgação dos ideais do Partido Liberal. Na mesma época, na mesma cidade, o *Diário Popular*, um dos jornais analisados neste estudo, foi lançado pelo Partido Republicano. A situação permaneceu até a década de 1930, quando o Estado Novo aboliu todos os partidos políticos, o que decretou o fechamento de diversos deles.

As dificuldades econômicas do interior, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, impediram o desenvolvimento do jornalismo local. Foi apenas a partir de 1970, em sintonia com a evolução tecnológica responsável pela instalação de máquinas *offset* em diversas cidades, que o jornalismo informativo interiorano tomou lugar do jornalismo de opinião e do colunismo político (RÜDIGER, 1998). Posteriormente, a revolução da internet e dos computadores pessoais, no final do século XX, impactaram, também, a imprensa local, possibilitando seu crescimento.

Os estudos acadêmicos de comunicação direcionados ao jornalismo de caráter local, apesar disso, continuam escassos. Alunos e docentes da área demonstram clara preferência por produtos midiáticos tradicionais, com sedes em grandes centros populacionais. Da mesma maneira, quando partem para a atuação profissional, os formandos dos cursos de jornalismo do Rio Grande do Sul, a despeito de serem oriundos do interior, buscam, em sua maioria, vagas nos veículos

da Capital. Atualmente, de acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, são 22 cursos de jornalismo no estado. Sem destinar a devida atenção ao jornalismo de caráter local, a academia e os profissionais da área perdem a oportunidade de colaborar para o desenvolvimento de um cenário de comunicação democrático.

O conteúdo jornalístico de circulação predominante no Estado é produzido na Capital, onde, muitas vezes, as especificidades do interior são deixadas de lado. É necessário, portanto, o fortalecimento do jornalismo praticado em nível local, o que possibilitaria a tomada de um papel social relevante em suas comunidades. Afinal, o acesso à informação de interesse público é direito inalienável das pessoas, mesmo para aquelas que vivem em municípios muitas vezes distantes de Porto Alegre e outras regiões metropolitanas.

Por sua proximidade – não apenas geográfica, mas cultural e social -, os jornais do Interior têm potencial para satisfazer demandas por informação dessas comunidades e, conseqüentemente, colaborar para o fortalecimento da cidadania dos leitores. Além disso, representam uma alternativa para assimilação de novos profissionais formados em jornalismo. É possível vislumbrar, a partir desta ótica, um processo de consolidação de mídias locais comprometidas com o interesse público e com as identidades regionais.

Os trabalhos desenvolvidos por Dornelles (2004), quando optou pelo termo “jornalismo comunitário” para fazer referência aos jornais editados e distribuídos no interior do Rio Grande do Sul, serão fundamentais dentro da análise proposta. Em sua tese de doutorado, a pesquisadora observou diversas publicações situadas em municípios representativos das macrorregiões do Estado, com ênfase na sua natureza jornalística – gêneros, temáticas e morfologia - e na sua estrutura empresarial – administração, comercialização e edição.

O perfil identificado convergia para o fato de ser parte de uma imprensa feita, apesar de não necessariamente *pela* comunidade, *para* a comunidade e comprometida com o fortalecimento das identidades locais. Além disso, Dornelles observou a tendência de ousarem editorialmente, agendando temáticas mais sintonizadas com as aspirações comunitárias. A presença de jornalistas egressos de universidades regionais foi apontada como um fato caracterizador desse modelo.

A análise do material recolhido se dará em dois momentos. Em primeiro lugar, de maneira quantitativa, serão identificados os gêneros e temáticas mais freqüentes nas capas dos jornais. Ainda nessa fase, as matérias de capa serão enquadradas em cinco categorias pré-definidas: notícias ou reportagens de caráter municipal, regional, estadual, nacional ou internacional. Os resultados serão sintetizados antes de passarmos para a segunda parte.

Em um segundo momento, passaremos à fase qualitativa da análise de conteúdo. Observaremos, então, o espaço dedicado para esses textos, a consonância entre esse espaço e a relevância das notícias; serão inferidas tendências temáticas, focos de abordagem, variedade ou não de fontes, etc. Nesse caso, os textos completos serão as unidades de registro, onde serão inferidas as abordagens temáticas propostas para as matérias.

A observação quantitativa e qualitativa dos textos jornalísticos visa compreender a relação entre a linguagem jornalística e sua utilização na construção da notícia local, expondo tendências, conflitos e ambigüidades no material examinado. E, a partir dos resultados obtidos nos exercícios anteriores, responder as três principais perguntas a que esse estudo está debruçado: 1) de que forma as especificidades ligadas ao caráter local dos jornais do interior implicam em diferenças da abordagem noticiosa?; 2) quais critérios práticos os jornalistas utilizam para construir seu noticiário? 3) quais são os temas e gêneros temáticos mais comuns nas capas das publicações?

A escolha do que é “noticiável” em uma gama de acontecimentos diários é uma das práticas definidoras da atividade jornalística. Mas, tendo em vista a complexidade envolvida em resumir um contexto social, em um determinado número de páginas, com pouco tempo disponível, a tarefa requer métodos que garantam certa eficiência. Para facilitar a definição dos eventos que estarão nas páginas dos jornais e, de alguma forma, dar previsibilidade ao que será noticiado, os critérios de noticiabilidade ocupam papel fundamental durante o processo de produção. Ou seja, de certa forma, fornecem lógica para a prática jornalística.

O valor-notícia de proximidade ganha destaque no aprofundamento aqui proposto. Para Wolf (1987), jornalistas e o público compartilham linguagem e conceitos culturais comuns sobre acontecimentos de nível local. O que, com apoio da afirmação de que o jornalismo pressupõe interesse público, nos leva a crer que a

atenção dos profissionais alocados no interior está sintonizada às necessidades de informação das suas comunidades.

Como interiorano, natural de Erechim, a proposta de dedicar um Trabalho de Conclusão de Curso ao jornalismo local é entusiasmante. Em primeiro lugar, por contribuir para a escassa pesquisa acadêmica da área e, dessa forma, talvez motivar outros estudantes e professores a fazerem o mesmo. Em segundo lugar, pela possibilidade desse estudo servir como meio de reflexão possibilitador do desenvolvimento de jornais que, por vezes, possuem ferramentas técnicas e mão de obra em número e qualidade inferiores às publicações da grande mídia. Por fim, e como consequência dos pressupostos anteriores, por se valer da academia para pensar sobre o mercado de trabalho nessas regiões e, de alguma maneira, propor um diálogo que contribua para a melhoria do jornalismo local.

2 O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA E A NOTÍCIA LOCAL

Ainda no século XV, a partir das técnicas desenvolvidas por Gutenberg cerca de cem anos antes, a disseminação de textos em outras línguas que não o latim criou uma comunidade virtual de leitores que, mesmo não interagindo diretamente, sentiam-se ligados através da imprensa. Segundo Thompson (2008), nos dois séculos que se seguiram, a imprensa transformou os padrões de comunicação no início da Europa moderna em dois momentos. Em primeiro lugar, surgiram diversas publicações periódicas responsáveis por relatos de eventos e informações de caráter político e comercial.

Na sequência, a imprensa passou a ser utilizada para a produção e a divulgação das notícias. As tiragens chegavam aos milhares e eram vendidas avulsas, de forma irregular, por ambulantes:

Eram uma miscelânea de sentenças oficiais ou oficiosas, decretos do governo, folhetos polêmicos, descrições de eventos particulares, tais como encontros militares ou desastres naturais, relações sensacionalistas de fenômenos extraordinários ou sobrenaturais, como gigantes, cometas e aparições (THOMPSON, 2008, p.64).

Publicações regulares apareceriam na segunda metade do século XVI. Ou seja, as edições com periodicidade e conteúdo confiáveis levariam um pouco mais de tempo para se desenvolver, tendo como centro de circulação as maiores rotas comerciais européias. Thompson (2008) situa a origem dos jornais modernos nas primeiras décadas do século XVII.

Nesses casos, o conteúdo abarcava, principalmente, notícias estrangeiras. Em suma, os primeiros jornais tratavam de acontecimentos que tomavam forma em lugares distantes da vida dos leitores. A imprensa local, mesmo sofrendo com o controle do estado e da igreja em países como a Inglaterra, não tardou em aparecer, estimulando o interesse público por informações políticas internas e outros eventos domésticos, por exemplo. Com a liberdade de imprensa sendo obtida de maneira gradual, conforme a região, a situação foi melhorando: “A evolução da imprensa periódica em bases comerciais e independentes do poder do estado foi ainda capaz de fornecer informações e comentários críticos sobre questões de interesse geral, introduzindo uma nova fase na Inglaterra do século XVIII” (THOMPSON, 2008, p.66).

Em seguida, Thompson (2008) aponta três tendências associadas ao desenvolvimento das indústrias da mídia, já no século XIX. Em primeiro lugar, está a assimilação de interesses comerciais pelo setor, causada pelas inovações técnicas da prensa a vapor e pela substituição da base de financiamento, com a assimilação da propaganda. Além disso, o crescimento dos níveis de alfabetização criou um novo público leitor. Essa situação forjou, já no século XX, um mercado de forte concentração da propriedade de mídia, com pequenos grupos controlando a maioria dos meios de comunicação. O que, entretanto, não significou o fim da imprensa de caráter local:

Mas a crescente concentração de recursos não eliminou todas as organizações menores nem sufocou o desenvolvimento de novas empresas capazes de explorar as inovações tecnológicas, orientadas para mercados especializados e munidas de informações e serviços relacionados com a comunicação (THOMPSON, 2008, p.74).

A segunda tendência é a globalização da comunicação, formando um cenário complexo de aumento do fluxo de informações de forma extensiva e organizada; a terceira, a utilização em larga escala da energia elétrica na comunicação, o que diminuiu simbolicamente a distância entre países e continentes.

2.1 O JORNALISMO LOCAL: TERRITÓRIOS E NOTICIABILIDADES

No Brasil, observa Rüdiger (1998), o nascimento e o desenvolvimento da imprensa estão situados no mesmo modelo constatado na Europa. Afinal, os primeiros jornais estavam sob tutela do Estado. Em 1808, por exemplo, Dom João VI chegou ao Brasil e revogou medidas do período colonial que proibiam atividades editoriais e controlavam a publicidade impressa no País. Apenas depois de 1822, surgiram publicações independentes, ao mesmo tempo em que a classe dominante local empregava meios de publicidade para criticar as instituições anteriormente dominantes.

No final do século XIX, com o Rio de Janeiro como ponto central, a chegada de novas tecnologias, especialmente o telégrafo, revolucionária a imprensa do País, mas também a forma de ver o mundo.

Os periódicos transformaram gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se auto-referenciam. Passam a ser cada vez mais ícones

de modernidade, numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo. [...] O mundo se torna próximo e visível. As descrições e possibilidades de ver em imagens lugares longínquos e figuras exóticas mudam gradativamente a percepção de um outro, agora visível, antes apenas imaginado. A possibilidade de saber o que se passa no mundo em poucas horas constrói gradativamente nova espacialização. O mundo se torna mais compacto. A temporalidade ganha nova dimensão (BARBOSA, 2007, p.22 e 23).

No *Jornal do Brasil*, por exemplo, na virada para o século XX, a redação já está dividida em dois setores: um responsável pela informação local, outro voltado para o telegráfico do interior e do estrangeiro. Segundo Barbosa, os acontecimentos policiais tomam a preferência dos leitores e “a reportagem local ganha cada vez mais destaque. O sensacional, as catástrofes quotidianas e a notícia inédita despertam o interesse público e fazem aumentar a importância do trabalho do repórter” (BARBOSA, 2007, p.38).

A imprensa local no interior do Brasil está inserida nesse contexto, tendo como casos mais representativos, de acordo com Hartmann (2011), o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os primeiros jornais foram criados e geridos por partidos políticos, servindo como panfletos para a divulgação dos seus ideais, como o *Diário Popular*, de Pelotas, pertencente ao Partido Republicano. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o jornalismo de cunho político-partidário se estenderia até a década de 1930, quando o Estado Novo extinguiu todos os partidos.

A polêmica segue, apesar disso, entre o apoio ao governo de Getúlio Vargas e a oposição sistemática, mantendo a construção dos jornais como domínio da política. O período de quinze anos, entre 1930 e 1950, é marcado por uma gangorra, com a saída dos leitores e tomada de espaço pelo Estado nas páginas da imprensa, principalmente a partir da formação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pela ação da censura, e, inclusive através do alinhamento político da imprensa, interessada em aferir lucros reais e simbólicos aproximando-se do poder (BARBOSA, 2007, p.108).

Após as dificuldades econômicas nas décadas de 1950 e 1960 retardarem a consolidação do jornalismo no Interior, ocorre certa evolução orientada por novas tecnologias, como as máquinas *offset*, e a adoção do texto eminentemente informativo na década de 70. O fortalecimento do jornalismo local no Brasil acontece somente a partir dos anos de 1980 e 1990, em um momento de franca expansão da globalização e das políticas neoliberais na América do Sul.

De acordo com Peruzzo (2005), o crescimento da mídia local se deve as modificações no cenário dos meios de comunicação nesse período, motivadas pela valorização do local, tanto enquanto ambiente de ação político-comunicativa cotidiana, como pela oportunidade mercadológica que ela representa, com a televisão como seu principal vetor. A essa hipótese, Dornelles (2008) soma mais duas possibilidades: o contexto político, econômico e social que se apresentou aos profissionais da comunicação naquele período; e o comprometimento individual de jornalistas com lutas sociais.

Nesse contexto, a diminuição simbólica da distância entre países e continentes, principalmente a partir da amplificação da globalização na última década do século XX, tem na comunicação um dos seus principais fatores. A chegada do século XXI, com a popularização da internet, a informatização das redações e o surgimento das redes sociais, colocou a velocidade da divulgação das informações, por parte da imprensa, em outro patamar. Indo mais além, a notícia adquiriu caráter mundial. Instantaneamente, a mídia é capaz de realizar coberturas de revoluções no Oriente Médio, desastres naturais na África ou acidentes em pontos longínquos da Ásia.

Canclini (1997) propõe que as transformações culturais geradas pelas tecnologias e por essa nova forma de circulação das informações são responsáveis de outros processos, como a expansão urbana, e não apenas dos meios de comunicação. Na América Latina, foco do seu trabalho, a migração de comunidades rurais para as aglomerações urbanas colocou-as em contato com uma oferta simbólica heterogênea, repleta de intersecções entre o local, o nacional e o transnacional.

Como parte do contexto, a ação dos meios de comunicação contribui para superar essa fragmentação, afirmando-se, até certo ponto, como mediadora e mediatizadora, substituindo outras interações coletivas.

Na medida em que informam sobre as experiências comuns da vida urbana – conflitos sociais, a poluição, que ruas estão engarrafadas em determinadas horas -, eles estabelecem redes de comunicação e tornam possível aprender o sentido social, coletivo, do que acontece na cidade (CANCLINI, 1997, p.289).

A esfera pública observada por Habermas cede espaço para novas formas de mediação social, o que coloca em xeque a relação com o território como definidora

de sistemas culturais. Surgem, então, tensões entre desterritorialização e reterritorialização: “Com isso, refiro-me a dois processos: a perda da relação natural da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas realocações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas” (CANCLINI, 1997, p.309).

Não podemos pensar, nesse sentido, em uma concepção vertical e bipolar de influência no processo de globalização, ainda mais se definida por territórios geográficos. O local, o nacional e o global sofrem interferências mútuas em uma cena descentralizadora e multideterminada de relações simbólicas mediadas, na maioria das vezes, pela comunicação. “Hoje todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento” (CANCLINI, 1997, p.348).

Por essa concepção, Ortiz (1999) defende o fim do determinismo geográfico nos estudos sociais, tendo em vista o quadro atual das sociedades contemporâneas, quando os novos paradigmas da tecnologia globalizada tornam obsoletas ideias como “unidade geográfica elementar”. É necessário, na sua visão, entender as novas configurações de espaço e tempo. “Sabendo que a desterritorialização é um de seus traços essenciais, a questão que pode ser então equacionada é: como se caracteriza, no mundo contemporâneo, uma territorialidade desenraizada?” (ORTIZ, 1999, p.56). O problema é entender “como se articula esse emaranhado de forças, que nos habituamos a chamar de nacionais, regionais e locais” e como a comunicação está inserida nesse processo.

Parte desse quadro complexo, o local é visto como um espaço bem delimitado, no qual se desenrola a vida de um grupo de pessoas, podendo didaticamente, inclusive, servir como sinônimo do termo “cotidiano”. “O local se confunde, assim, com o que nos circunda, está “realmente presente” em nossas vidas. Ele nos reconforta com sua proximidade, nos acolhe com sua familiaridade” (ORTIZ, 1999, p.59). No paradoxo da territorialização, enquanto a desterritorialização tem a virtude de afastar o espaço do meio, a reterritorialização acontece de maneira complementar, atualizando o espaço como uma dimensão social, não apenas geográfica. Nesse caso, ‘local’, ‘nacional’ e ‘global’ devem ser vistos no seu atravessamento (ORTIZ, 1999).

Mas, se a comunicação passa a transgredir noções de espaço e tempo, torna-se mais difícil delimitar fronteiras, que, em escala local, ficam ainda mais tênues. Como definir, então, o espaço do jornalismo local? Peruzzo (2005) usa o princípio defendido pelo sociólogo Alain Bourdin de que é impossível marcar fronteiras precisas entre o regional, o local e o comunitário, por exemplo. Uma conjuntura que não permite mais barreiras geográficas precisas tampouco favorece a imposição de empecilhos para a circulação dos meios de comunicação. Para Peruzzo (2005), está superada a noção de território geográfico como definidor do que é local. Surge, então, a perspectiva de que, a partir da globalização, formam-se novos tipos de territórios, baseados em diversos parâmetros: culturais, ideológicos, idiomáticos, de circulação da informação, etc.

Ou seja: “a globalização, apesar disso, não representou o fim das mídias locais. Muito pelo contrário, a integração da economia e da comunicação mundial a revalorizou e a consolidou em diferentes contextos e sob múltiplas formas” (PERUZZO, 2005, p.2). Apesar de serem influenciadas pelo global, as comunidades localizadas no interior do Brasil formam um público ávido por informação ligada ao seu ambiente. Reafirmando, assim, suas identidades, que não são necessariamente geográficas e nem livres de influências externas oriundas dos âmbitos nacionais ou globais, mas podem se afirmar por outros vínculos, sejam culturais, sociais, linguísticos, etc. “O local, embora esteja inserido no processo de globalização, ou seja, vive nele e está sujeito a ele, busca se fortalecer tendo por base as singularidades locais” (PERUZZO, 1998, p.5).

Talvez nesse processo se definam os principais critérios de noticiabilidade do jornalismo local. Dentro da teoria do *newsmaking*, estudo sobre as rotinas da produção jornalística, esses critérios determinam se um acontecimento possui potencial para tornar-se notícia. Cabe ao jornalista, a partir das características do meio de comunicação e do seu público, selecionar dentro da complexa realidade social o que tem relevância para ser alçado ao status de noticiável. O objetivo é facilitar a rotina jornalística, tão influenciada pela questão do tempo, oferecendo certa lógica ao trabalho. “Os valores/notícias são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais” (WOLF, 1995, p.85)

Os critérios variam - atualidade, proximidade, conflito, objetividade, entre outros – e possuem um caráter dinâmico. A proximidade, entretanto, parece ser o mais comum no jornalismo local, base da sua constituição: “Sua marca é a proximidade, sintetizada nos sentimentos de pertencimento, de identidades e nos elos do cotidiano” (PERUZZO, 2002). Para Traquina (2001), a *proximidade* é um valor-notícia fundamental no jornalismo, “sobretudo em termos geográficos, mas também em termos culturais”. Nesse sentido, a *relevância* se combina com o anterior, uma vez que é a capacidade de um acontecimento impactar na vida das pessoas. Como, obviamente, a tendência é de o próximo interagir com o dia a dia dos leitores, proximidade e relevância se influenciam. Os jornais do interior, por circularem, basicamente, em uma cidade ou região, sendo meio de informação e acesso a cidadania de seus moradores, deve ter seu foco informativo sobre o local.

2.2 O LOCAL E O COMUNITÁRIO: INTERSECÇÕES E PROBLEMÁTICAS

Em especial, no Rio Grande do Sul, Dornelles (2008) identificou a presença de dois perfis de jornalismo local. A diferenciação acontece, basicamente, por sua natureza econômica. O primeiro tipo pertence a uma empresa jornalística, que visa lucro, tem interesses mercadológicos e comercializa espaço publicitário. Ou seja, reproduz, de certa forma, a lógica dos grandes meios de comunicação devido ao seu sistema de gestão, construindo estratégias para aumentar a credibilidade e a audiência em troca de retorno financeiro.

Outro grupo, onde se enquadram os jornais de bairro de propriedade de jornalistas ou associações de moradores, possui interesses diferenciados do anterior. Em alguns casos, a distribuição é gratuita ou não há busca por ganhos financeiros. Sua atuação está intimamente ligada à ampliação da cidadania e ao favorecimento da participação popular em casos de desigualdade e lutas dos movimentos sociais. Nesse sentido, por vezes, as publicações colocam-se como agentes de cobrança e protagonistas na busca da solução de um problema da comunidade (DORNELLES, 2008).

As publicações analisadas nesta pesquisa podem ser enquadradas no primeiro caso por constituírem-se como empresas jornalísticas, estando em uma escala diferente do jornalismo comunitário. Entretanto, assim como verificaram Dornelles (2008) e Peruzzo (2002), a intersecção de características entre os dois

modelos não está descartada. Pelo contrário, trata-se de um movimento muito comum. O interesse pelas demandas sociais da população está presente, por exemplo, em alguns casos de jornais editados no interior do Rio Grande do Sul: “Tratar de temas comunitários ou desenvolver conteúdos favoráveis ao processo de emancipação cidadã não é privilégio dos meio comunitários. Além dos veículos locais e regionais, até os grandes jornais se dedicam a esse tipo de jornalismo esporadicamente” (DORNELLES, 2008, p.167).

A apropriação de noções do jornalismo comunitário pelo jornalismo local é extensa, tendo como principal objetivo a interação com a comunidade, por meio da abordagem de temas de interesse circunscrito ao círculo cultural mais próximo. Práticas do cotidiano jornalístico podem evidenciar essa tendência. Entre elas, citamos:

Divulgar assuntos específicos das comunidades, de movimentos coletivos e de segmentos populacionais ou de interesse público, que normalmente não encontram espaço na mídia convencional; ter como principal motivação o desenvolvimento comunitário como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres da cidadania; os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes, cultura e outros temas de interesse local; matérias de saúde com enfoque preventivo, matérias educativas; campanhas para educação ao trânsito e proteção do meio ambiente; reivindicações de serviços públicos de uso coletivo; contribuir para a conscientização e organização de segmentos subalternos da população, visando superar as desigualdades e instaurar mais justiça social” (DORNELLES, 2008, p.167).

Tendo em vista as dificuldades de separar os campos e o formato de atuação dos jornais locais e comunitários, o presente estudo encaminha a aproximação das duas vertentes identificadas por Dornelles e Peruzzo em sentido e objetivo únicos: falar de determinada comunidade em seu determinado espaço geográfico, cultural, social, linguístico. Apesar da diferenciação em relação ao modelo de negócio, com um deixando claro seu caráter empresarial, outro buscando sustentabilidade econômica sem apoio da publicidade, os dois perfis aproximam-se pela opção por uma linha editorial que prioriza os assuntos pertinentes às populações da região em que estão inseridos. Para falar de jornalismo local é, portanto, necessário falar de jornalismo comunitário.

A imprensa local, assumindo seu caráter empresarial, encontra nessas populações um nicho de mercado, onde pode aliar a necessidade de obter lucro com o negócio e, por vezes, a prática de um jornalismo sério, cumpridor do dever de informar acontecimentos de interesse público. Lopes (1996) dedica-se a entender a

evolução desse jornalismo, segundo ele muitas vezes esquecido pela academia, que prefere focar seus trabalhos na grande imprensa, deixando de lado o papel do jornalismo local no contexto da atividade jornalística brasileira. “Professores, estudantes, jornalistas e pesquisadores acabam se omitindo, esquecendo da força da imprensa do interior, fundamental para a circulação de informações entre os moradores das cidades que produzem boa parte das riquezas deste país” (LOPES, 1996, p.105).

Por não encontrar matérias de interesse público local nos jornais dos grandes centros populacionais, os moradores das cidades menores buscam alternativas alinhadas as suas necessidades de informação, produzidas a partir de uma linguagem e de um posicionamento com os quais se identificam. Como aponta Lopes (2006):

Ao contrário do leitor da Capital, que tem outros meios de informação sobre sua comunidade, o habitante do interior escolhe o próprio jornal de sua cidade para saber o que ocorre ao seu redor, no seu mundo. É no jornal local que o morador busca e encontra, numa linguagem acessível e própria, aquilo que interessa para o seu dia a dia”. Ou seja, a grande imprensa pode tratar de temas de relevância global - conflitos internacionais, panoramas econômicos complexos, resultados de eventos esportivos em outros países - mas é o jornalismo local que informa sobre os escândalos políticos regionais, traz os resultados do time de futebol da cidade, informa a falta de água ou luz em determinados bairros, denuncia descasos da administração pública, etc. O jornal local estabelece uma ligação com a comunidade que a grande imprensa não tem condições de obter (LOPES, 2006, p.105).

É na relação íntima e imprescindível com o leitor que o jornalismo local cria sua força de sustentação. É por isso que, mesmo tendo um poderio econômico e, conseqüentemente, tecnológico maior, os grandes veículos impressos não acabam com as publicações de menor circulação, restritas a determinados nichos populacionais. “Nada substitui a visão local. Há um processo natural de identificação do leitor com o jornal de sua cidade, independente de sua linha editorial, já que é esse veículo que informa o que interessa mais de perto a seus leitores” (LOPES, 1996, p.106). Se formos situar o jornalismo local em uma linha entre a grande imprensa e o jornalismo comunitário, ele, em alguns casos, caminha mais próximo ao segundo. Principalmente, por atender a determinadas funções caras ao outro: “divulgação das reivindicações da comunidade, além de expressar seus valores numa autêntica demonstração de veículos comunitários. Ao contrário do jornal da Capital, o jornal local faz parte da vida comunitária da cidade” (LOPES, 1996, p.106).

Outra especificidade possível da aproximação com os leitores é a postura ativa na luta pelas demandas da população. Segundo aponta a pesquisa de Dornelles (2008), os jornalistas, editores e executivos da imprensa do interior não temem que a defesa explícita das pautas propostas pelos cidadãos seja um empecilho para a prática correta do jornalismo. Não existe, entre eles, a preocupação em serem chamados de “jornalistas parciais, subjetivos, engajados”, um dilema comum para os profissionais da grande imprensa, sempre pressionados por seus leitores e pelo mito da objetividade a adotarem um perfil neutro, imparcial. Pelo contrário, boa parte dos jornalistas locais assume sua postura ativa e se identifica com essa forma de trabalho, pois optam pela “defesa dos problemas e carências de determinados segmentos sociais ou de toda uma comunidade” (DORNELLES, 2008). Em contraponto, como veremos a seguir, os jornais do interior deixam, em muitos casos, de pressionar autoridades locais quando convém política ou economicamente.

Por sua vez, os atores presentes nas matérias costumam se destacar por ações sociais, comunitárias e educativas; não pela escala social que representam, critério de noticiabilidade comum nas redações das grandes publicações. São comuns, conseqüentemente, as pautas sobre a atuação das associações e organizações não governamentais, o cotidiano de escolas, dos clubes de bairro, do policiamento, do movimento do comércio, dos movimentos culturais e de cidadãos de bairros (DORNELLES, 2008). É abrindo espaço para estas pautas, abordagens e fontes, quase sempre ausentes da grande mídia, que o jornalismo local pode tomar forma. Assim, “os produtores destes jornais objetivam contribuir para a educação informal dos leitores, dar espaço para a prática da cidadania, mobilizar os moradores em torno de causas sociais, como a proteção do meio ambiente e a dignificação do atendimento de pacientes pelo SUS” (DORNELLES, 2008, p.164).

A confluência de características do jornalismo local com o jornalismo comunitário acaba revelando-se, em paralelo, como uma bem-sucedida estratégia de posicionamento no mercado. Afinal, ao realizar a leitura, as populações acabam se identificando com os assuntos abordados; tornam-se consumidoras em potencial, seja para compra avulsa, seja como assinantes; e passam a considerar como essencial a presença dos periódicos locais na sua busca por informações. Com um público fiel garantido, as páginas dessas publicações ficam mais atrativas aos

anunciantes também. Ortet (1996) analisou o movimento da publicidade em direção ao jornalismo local, principalmente do comércio e do empresariado regional.

Não são apenas os leitores que preferem os jornais locais, por encontrarem neles a satisfação dos seus interesses. Também os empresários e os comerciantes preferem-nos, devido ao menor preço do espaço publicitário. Num jornal de circulação estadual ou nacional, o anunciante tem de pagar pelo espaço em centenas de milhares de exemplares, para só dispor de algumas centenas de exemplares a circular na sua região. Em contrapartida, num jornal local, para o mesmo espaço, pagaria dezenas de vezes menos, enquanto veria seu anúncio circular em milhares de exemplares junto aos consumidores potenciais (ORTET, 1996, p.131).

A pesquisa de Ortet, focada em publicações editadas no interior de São Paulo, entretanto, assim como já haviam enunciado Dornelles e Peruzzo, mostra que o modelo empresarial não impede que o jornalismo local assuma linhas editoriais próximas ao observado em jornais comunitários. A imprensa do interior conserva como característica mais marcante a ênfase em valores comuns, convertendo, assim, as campanhas em favor da comunidade e a preservação dos valores tradicionais em seu ponto de partida (ORTET, 1996). Com um conteúdo de interesse público e linguagem acessível aos seus leitores, torna-se facilitador, inclusive, do exercício de cidadania e promotor da solidariedade em um processo que envolve a interação entre os jornalistas e os leitores, pelo estabelecimento de campanhas comunitárias. “Por estar muito próximo do cidadão e tratar com frequência dos assuntos que diretamente lhe dizem respeito, permite ao cidadão participar no desenvolvimento local, reclamar direitos do poder político e administrativo, fiscalizando, deste modo, o funcionamento da coisa pública”. (ORTET, 1996, p.131).

Por outro lado, ao analisar algumas tendências do jornalismo local, Peruzzo (2005) alerta para algumas discrepâncias. Em comunidades menores, os laços políticos são mais estreitos e podem comprometer a qualidade da informação veiculada. A utilização pouco crítica de *press-releases* oriundos de fontes dos poderes executivo e legislativo e de instituições privadas é a principal causa desse problema. Além disso, a estrutura física e profissional precária dificulta, em muitos casos, a ocorrência de uma ampla e consistente cobertura de determinados acontecimentos. O comprometimento com grupos governamentais e figuras políticas ou econômicas proeminentes na região faz com que matérias favoráveis às correntes que convém a publicação naquele momento sejam triviais em cidades do interior.

Nessas condições, o jornalismo local deixa de explorar seu imenso potencial de trabalhar com a informação isenta e atender a todos os setores que perfilam a vida de uma comunidade. Perde, assim, uma oportunidade de mercado, a de trabalhar com competência a informação de proximidade, que é a razão de ser da imprensa local (PERUZZO, 2005, p8).

A relação próxima entre o jornalista e o leitor, comum nas cidades do interior do Rio Grande do Sul estudadas por Dornelles, também implica em problemas para a prática de um jornalismo completamente independente. O comprometimento pessoal impossibilita o aparecimento de matérias investigativas que poderiam desestabilizar autoridades ou lideranças. A omissão do jornal em casos de desmandos do Executivo, de movimentações injustas e negligências na administração pública é muito comum. As investigações de Dornelles não encontraram nenhum tipo de crítica, denúncia ou cobrança do poder executivo, o que revela a falta de autonomia e disposição para a investigação, percepção que não foge aos leitores. É necessário, portanto, atenção especial para a cobertura de política ou demais atividades que envolvam ações da prefeitura, para que o direito público a informação não seja negligenciado.

As raízes político-partidárias verificadas no nascimento dos jornais locais parecem continuar presentes em alguns casos, embora sejam voláteis, variando conforme a corrente ideológica que esteja no poder:

Destacamos que, nacionalmente, existe um grupo de jornais do interior, incluindo no Rio Grande do Sul, que está completamente comprometido politicamente com o staff governamental ou legislativo e/ou com forças do poder econômico da região, o que é visível na leitura dos conteúdos dos jornais. Matérias jornalísticas favoráveis a algumas correntes políticas, principalmente daquelas que estejam no exercício do poder, são correntes em jornais de cidades do interior, além de matérias pagas, na forma de editais do setor público, que tendem a ocupar grande parte das páginas dos jornais do interior (DORNELLES, 2008, p.167).

Em resumo, o jornalismo local ganha força no Brasil a partir do final do século XX, em um momento de expansão do processo de globalização. Sua atuação, portanto, gira em torno de, pelo menos, dois paradoxos: em primeiro lugar, aquele ligado aos processos de desterritorialização e de reterritorialização; e, ao mesmo tempo, aos conflitos da prática jornalística quando influenciada por interesses distintos, de um lado o leitor de outro as influências políticas e econômicas.

A dificuldade em estabelecer fronteiras internacionais – sejam geográficas, econômicas, políticas, culturais, comunicacionais – transporta-se para a escala regional. Nesse cenário, os jornais produzidos no interior do País adquirem características muito próximas ao jornalismo comunitário, apesar da evidente natureza capitalista do seu negócio. Os jornalistas, por sua vez, assumem uma postura ativa na luta pelos anseios das populações, propondo pautas de interesse público. Dessa forma, ganham força como promotores de identidades locais, angariam a simpatia dos leitores, diminuem a importância dos grandes meios de comunicação e, conseqüentemente, passam a ocupar um papel indispensável para as suas comunidades.

O vínculo com autoridades políticas e econômicas, por sua vez, é uma problemática a ser enfrentada pelo jornalismo local, uma vez que impede a ocorrência de um jornalismo independente em diversas regiões. Além disso, encontrar alternativas para se apropriar das vantagens do desenvolvimento tecnológico e absorver profissionais qualificados é outro grande desafio, consolidando essas publicações como verdadeiras alternativas a grande mídia.

3 O JORNALISMO NO RIO GRANDE DO SUL

A história do jornalismo como prática social no Rio Grande do Sul pode ser sintetizada em dois regimes: o político-partidário e o informativo e indústria cultural. O literário independente surge como terceira ordem, representando a transição entre os dois modelos anteriores. Não pretendemos, entretanto, visualizar o desenrolar histórico esquematicamente, pois se trata de um processo complexo, de realidades que, em alguns momentos, coexistiram, sendo sua contraposição um artifício didático (RÜDIGER, 1998). Partindo dos pressupostos iniciais, acompanharemos a gênese, o desenvolvimento e as transformações do jornalismo no interior do estado.

3.1 A POLÍTICA NA GÊNESE DA IMPRENSA GAÚCHA: O SÉCULO XIX

O nascimento da imprensa, na até então Província de São Pedro, encontra, por um lado, na situação econômica das primeiras décadas do século XIX, a precondição para a sua expansão. Mas é o processo político em curso, que desembocaria na Revolução Farroupilha², o fator decisivo para o seu desenvolvimento. O *Diário de Porto Alegre*, em 1827, é o primeiro jornal, lançado pelo governo como boletim oficial, responsável, basicamente, pela publicação de publicidade institucional e atos da administração. Circulou por apenas um ano, mas, no seu último exemplar, já anunciava o surgimento de um sucessor: o *Constitucional Rio-Grandense*, segundo jornal gaúcho (ERICKSEN, 1977). Nos oito anos seguintes, 32 novos jornais apareceram e estavam todos submetidos às circunstâncias políticas, o que impediu que constituíssem o fundamento de um jornalismo (RÜDIGER, 1998).

Sobre isso, Barreto (1986) corrobora a posição de que era a política que mantinha, nas suas palavras, “o fogo sagrado do jornalismo da província”: “Quando apareceram os primeiros jornais em Porto Alegre, não poderia a imprensa local deixar de amparar-se num ou noutro partido, quase sempre com compromissos panfletários, facilitados, aliás, pela intolerância política” (BARRETO, 1986, p.12).

Vianna (1977) entende o período de surgimento da imprensa gaúcha da mesma forma, ao assinalar que o material de redação era escasso, o que levava ao

² Revolução de caráter republicano e separatista da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul frente ao governo imperial. Durou 10 anos, de 1835 a 1845.

predomínio das paixões políticas e da conseqüente troca de acusações: “Os textos se notabilizavam, em essência, por sua linguagem violenta e polêmica, bem de acordo com o clima de efervescência política que vivia o Rio Grande do Sul àquela época (VIANNA, 1977, p.35).

Riopardense de Macedo (1994) alerta, nesse sentido, para a importância desses jornais como fontes de reconstituição histórica da Revolução Farroupilha, por exemplo. Em Rio Grande, *O Noticiador*, publicação da causa revolucionária, surgiu “da luta contra D. Pedro I e suas posições contrárias ao interesse brasileiro, defendeu a independência, lutou pela sua consolidação e foi um baluarte contra a Sociedade Militar” (1994, p.35).

A redação desse jornal ficou a cargo de Carlos Koseritz, figura de destaque na história da imprensa no Rio Grande do Sul, que, em 1858, comprou uma tipografia e lançou o primeiro jornal diário de Pelotas, o *Brado do Sul*. Franco e direto na abordagem da vida política local, Koseritz personificava a imprensa partidária, o que lhe causou graves desafetos.

Objetivo e contundente, o jornalista, longe de temer represálias, continuava a desafiar seus oponentes, até que, um dia, a polícia fechou o jornal, enquanto alguns desafetos o atacaram violentamente, causando-lhe um corte na cabeça (DILLENBURG, 1998, p. 6).

O Noticiador encerrou suas atividades em 1865, mas Koseritz seguiu a carreira na imprensa, assumindo o *Eco do Sul*, de Rio Grande, enquanto, paralelamente, fazia parte da redação de *O Povo*, sobre o qual falaremos a seguir. Em 1864, foi para Porto Alegre, onde dirigiu o *Deutsche Zeitung*, jornal de grande circulação entre os imigrantes alemães. Também colaborou com o *Rio-Grandense*, *A Sentinela do Sul* e com o *Jornal do Commercio*. Cinco anos depois, passou a integrar a redação de *A Reforma*, órgão do Partido Liberal. Além disso, ainda escreveu para outras publicações e fundou mais dois jornais na capital: a *Gazeta de Porto Alegre*, frente de combate com *A Federação*, de Júlio de Castilhos; e o *Koseritz Deutsche Zeitung*, também de forte influência sobre os imigrantes alemães. (DILLENBURG, 1998).

Além desses, *O Povo* é considerado o mais relevante dos jornais da República Rio-Grandense. Publicado em Piratini e, mais tarde, em Caçapava, a capital da República, era a voz oficial dos rebeldes. No seu cabeçalho, inclusive, se

afirmava como “Jornal político, literário e ministerial da República Rio-Grandense”. Durou apenas 627 dias, mas se notabilizou como a voz dos revolucionários: “Realmente aquele jornal teria muita importância na luta. Três meses antes de surgir já preocupava os dirigentes legalistas e, mês e meio depois do primeiro número, sua entrada em Porto Alegre era proibida” (MACEDO, 1994, p.35).

Ericksen (1977) resume da seguinte forma a inevitabilidade da divisão partidária a partir da chegada da Revolução:

Delineada a luta política que não tardaria a arrastar o Rio Grande do Sul à maior revolução da sua história, a imprensa não podia, como era óbvio, fugir aos imperativos do momento, dividindo-se em duas grandes correntes: a que defendia o governo constituído, pugnando pela restauração do trono, e a que pregava a independência da província do imperialismo da coroa tendo as principais figuras do oposicionismo a frente (ERICKSEN, 1977, p.24).

Além das circunstâncias políticas, a trajetória efêmera dessas publicações pode ser exemplificada pela atuação dos tipógrafos - os homens da imprensa na época. Alguns deles, inclusive, aventuraram-se pelo interior, em especial pela fronteira e zona sul. Cândido Augusto de Mello, por exemplo, lançou *O Pelotense*, em 1851, primeiro jornal daquela cidade, antes de editar periódicos em Jaguarão. Outro pioneiro foi Izidoro P. de Oliveira, fundador e diretor de vários jornais em Pelotas, que serviram a diversas facções políticas. Mais tarde, ainda publicou *A Aurora* e *O Bageense*, introduzindo a imprensa em Bagé.

A elaboração de um conceito, definindo o jornalismo como meio de formação doutrinária da opinião pública, aconteceria no terceiro quartel do século, como observa Rüdiger (1998), quando a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária, assumindo o lugar dos tipógrafos. Nesse período, o desenvolvimento agrícola e comercial favoreceu a evolução da imprensa da fase artesanal para a manufatura.

Os partidos encarregaram-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade. Nesse contexto, surgiram as redações propriamente falando, os jornais começaram a ter uma organização editorial e se consolidou uma racionalidade em seu funcionamento (1998, p.28).

Sem visar o lucro, as publicações eram meios de articulação partidária do movimento da sociedade civil (RÜDIGER, 1998). A questão servil é uma referência disso, pois a imprensa centraliza o debate sobre o sistema escravista. E, nesse

caso, os jornais do interior têm papel de destaque. *A Voz do Escravo*, de Pelotas, toma a vanguarda do movimento abolicionista. *A Gazeta de Alegrete*, de Alegrete, e a *Gazeta Pedritense*, de Dom Pedrito, chegam a levantar recursos para promover alforrias.

A Reforma, órgão do Partido Liberal, é considerado o embrião do jornalismo político partidário no Rio Grande do Sul, tendo sido publicado por certo tempo em Rio Grande e Pelotas. Em um cenário de forte predomínio das atividades na região Sul, alguns interioranos podem ser citados: o *Diário de Pelotas* (1867-1889); o *Diário de Rio Grande* (1848 – 1911) e o *Echos do Sul* (1856 – 1937), de Rio Grande. Durante a República Velha³, oposicionistas como *O Maragato*, editado em Rivera (Uruguai), e o *Correio do Sul*, que circula até hoje em Bagé. Além desses, o Partido Republicano comandou diversos jornais fora de Porto Alegre. Entre eles, o *Diário Popular*, ainda hoje editado em Pelotas e objeto deste estudo; *A Fronteira*, com circulação por diversas cidades da região homônima; e *O Dever*, de Bagé.

Em 1884, como observa Ericksen (1977), o Rio Grande do Sul possuía cinquenta e seis jornais. Desse total, 18 eram diários e a maioria estava alocada no interior. Cinco eram de Porto Alegre, mas outros cinco circulavam em Rio Grande, mais cinco em Pelotas e três em Jaguarão.

Nessa época, as divergências políticas alçaram os jornais ao patamar de verdadeiros campos de batalha. Rüdiger (1998) observa que a regularização do jornalismo na forma partidária não significou o fim da violência. Ao contrário, especificidades da vida local acirravam os ânimos, particularmente, em comunidades do interior, onde, além da censura policial às redações, tipo de repressão comum na Capital, os registros de agressões pessoais a jornalistas e contra a infraestrutura dos periódicos eram freqüentes. Dois momentos são críticos: após a Proclamação da República e durante a Revolução de 1923. “Os atentados violentos constituíam excessos interioranos, provocados pelas reminiscências patriarcais da política local” (RÜDIGER, 1998, p.41).

Antes da Revolução Federalista⁴, vinte folhas fecharam. Durante o conflito, na fronteira, algumas se refugiaram do lado estrangeiro. Em fuga desesperadora, por questões de sobrevivência, *O Diário de Jaguarão* foi para Artigas, no Uruguai,

³ Primeira fase da República Brasileira, período que se estende de 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas torna-se presidente.

⁴ Revolta ocorrida no Rio Grande do Sul após a Proclamação da República. Os Federalistas lutavam contra o governador Júlio de Castilhos, em busca de mais autonomia do estado.

enquanto a *Gazeta de Itaqui* migrou para Alvear, na Argentina. A questão era de vida ou morte. Jornais federalistas, como *O Canabarro* e *O Maragato*, de Santana do Livramento, foram atacados, tiveram suas oficinas depredadas e funcionários assassinados. Os dois chegaram a circular por um tempo em Rivera, no Uruguai. O *Correio de Santa Maria*, na região central, da mesma maneira, sofreu com ataques por duas vezes. Os casos são ainda mais extensos: em Quaraí, *O Cidadão* foi empastelado; em Pelotas, o *Diário Popular* quase foi destruído por tropas federalistas (RÜDIGER, 1998).

O jornalismo literário-independente, por sua vez, representou uma alternativa ao político-partidário e, dessa forma, estabeleceu um formato de transição ao regime informativo e indústria cultural. Nessa fase, a principal inovação foi o abandono do texto doutrinário em favor da difusão de notícias e discussão de assuntos da atualidade. A nova abordagem trouxe, também, novos valores para a prática jornalística: o compromisso com a verdade e a imparcialidade editorial, ainda que essas premissas não tenham se tornado regra. *O Noticiador*, primeiro a ser publicado fora de Porto Alegre, já assumia, em 1832, os parâmetros propostos para o literário-independente. Mais tarde, o *Correio Mercantil*, de Pelotas, ao lado do *Jornal do Commercio*, da Capital, foi pioneiro em diversos aspectos: introduziu o uso de maquinário a gás, adotou modernos equipamentos tipográficos, foi uma das primeiras folhas a utilizar o serviço telegráfico e, com uma postura independente, tentou montar uma estrutura empresarial.

Nessa fase, que teve seu apogeu entre 1890 e 1920, também se modernizaram os parques gráficos, a paginação se tornou mais leve, as cores começaram a ser utilizadas, a circulação melhorou, serviços telegráficos e de agências internacionais apareceram com frequência, surgiram seções especializadas e os grandes anunciantes passaram a ocupar as páginas. Ao mesmo tempo, o conceito de jornalista evoluiu, resultando na fundação de grupos da categoria. O dois primeiros no interior: a Associação dos Jornalistas de Pelotas, em 1889, e o Grêmio dos Jornalistas de Rio Grande, dez anos depois. Entretanto, Rüdiger alerta que:

[...] não obstante todo este processo, o desenvolvimento noticioso do jornalismo literário foi bloqueado, por dois fatores de sua correspondente estrutura social. O primeiro deles era o peso da política na sociedade da época. [...] Em segundo lugar, o desenvolvimento das folhas noticiosas foi

contido pelas próprias dimensões de seu público leitor na sociedade (RÜDIGER, 1998, p.56 e p.57).

No interior, se desvencilhar dos velhos laços foi ainda mais difícil devido as suas características políticas e sociais. “A política era um meio de sustentação do jornalismo e, principalmente no interior, o movimento mais comum não foi a conversão da atividade aos novos conceitos em ascensão, mas a adaptação e o comprometimento destes com o velho regime jornalístico” (RÜDIGER, 1998, p.57). Até mesmo o *Correio Mercantil*, exemplo inicial da nova práxis, ao parar nas mãos de uma sociedade anônima engajada com a dissidência republicana, abandonou a linha noticiosa e imparcial. Efeitos parecidos crucificaram publicações que tentaram romper com as antigas práticas em centros como Bagé e Rio Grande.

Estava nascendo, apesar disso, uma nova fase para o jornalismo gaúcho, pautada no padrão noticioso, mas que seria viabilizada somente após o nascimento das verdadeiras empresas de comunicação, não por acaso em um período de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Infelizmente, as tendências das próximas décadas, como a monopolização da concorrência entre poucos jornais, marcariam a decadência do jornalismo interiorano, incapaz de concorrer com as grandes empresas porto-alegrenses. As últimas, por sua vez, paulatinamente, ocupariam o mercado da comunicação em todo o Rio Grande do Sul.

3.2 O SÉCULO XX E A EMERGÊNCIA DA NOTÍCIA

A chegada do século XX marcou o cenário da imprensa no Rio Grande do Sul. A empresa Jornalística Caldas Júnior foi responsável pelo lançamento do *Correio do Povo*, em 1895. Nas bancas, *A Federação* era positivista; *A Reforma* defendia posições liberais; e *O Mercantil* assumia-se como “católico”. “Nenhum jornal deixava de ostentar publicamente a defesa de algum interesse político ou preceito filosófico. Este foi o momento que Caldas Júnior escolheu para a entrada em cena com seu próprio jornal” (GALVANI, 1994, p.46). Na sua primeira edição, anunciava ser livre e independente, sem associação com qualquer partido político. Além disso, nem estava interessado em ser mais uma peça nas trocas de acusações entre os próprios jornais. Conforme Galvani (1994), “embora mantivesse o relacionamento cordial com os demais jornais, não tomava parte em polêmica. Se

contestado, ignorava olímpicamente o adversário” (1994, p.57). Mesmo assim, chegou a travar debates públicos com *A Federação*, por exemplo.

O modelo obteve sucesso e, em 1910, o *Correio do Povo* atingiu a tiragem de 10 mil exemplares por dia, em comparação com os dois mil de 1895. Depois, em 1920, chegou aos 20 mil exemplares por dia, em média. Por parte dos diretores, segundo Galvani (1994), “havia uma satisfação muito grande pelo crescimento do jornal. A tiragem ultrapassa as expectativas” (1994, p.237). Tanto que, anos antes, ainda em 1897, já ostentava o slogan de “maior tiragem e circulação do Estado”. Na década de 1960, eram cerca 50 mil diários, além dos 80 mil exemplares da *Folha da Tarde*, vespertino de grande sucesso lançado pela Caldas Júnior (GALVANI, 1994).

As condições econômicas após a segunda guerra mundial, que resultaram no encarecimento da matéria prima da imprensa; a complexificação da estrutura social, com diversificação do público e aumento das demandas; e a desarticulação das condições políticas, com a posterior abolição dos partidos em 1937; conceberam a crise do primeiro regime jornalístico gaúcho. “O jornalismo político-partidário sentiu profundamente essa mutação, entrando em progressiva crise, ao cabo da qual terminaria desaparecendo, na época do Estado Novo” (RÜDIGER, 1998, p.44). Jornais sobreviventes do interior, como o *Diário Popular*, *O Tempo*, de Rio Grande, e o *Ponche Verde*, de Dom Pedrito, conviveram mais uma vez com ameaças. Os três foram suspensos provisoriamente e jornalistas intimados pela polícia. O último exemplo da categoria no Rio Grande do Sul foi *A Democracia*, fundado em Rivera, no Uruguai, que conseguiu continuar circulando clandestinamente na fronteira.

Em 25 anos, desde o Estado Novo em 1937, a participação dos jornais da Capital na tiragem total do Estado passou de 25% para 60%. “No interior, o florescimento do novo regime jornalístico foi contido pela pregnância da atividade ao campo político e também pela falta de sustentação econômica para a montagem e gerência de empresas jornalísticas modernas” (RÜDIGER, 1998, p.72). Ou seja, mais uma vez o conservadorismo político, aliado a limitações econômicas, frearia a aceleração de um novo conceito de jornalismo em diversas regiões.

3.3 A INDÚSTRIA CULTURAL E MONOPÓLIO DA CAPITAL

Todavia, algumas publicações surgiram para formar um panorama, ainda que incipiente se comparado ao quadro de Porto Alegre, da atividade jornalística nessas

idades. Entre elas, duas com destaque na presente pesquisa: *A Razão*, de Santa Maria, fundada em 1934; e o *Diário da Manhã*, de 1935, em Passo Fundo. Ambos assumiram a notícia como preponderante sobre o colunismo e a reportagem sobre o artigo político. Além disso, o número de jornalistas profissionais no interior passou de 47 para 91, entre 1930 e 1940 (RÜDIGER, 1998).

Não obstante, mesmo que sem sucesso, foram lançados jornais vespertinos numa tentativa de driblar a concorrência da Capital. Citamos a *Gazeta da Tarde*, de Rio Grande, e o *Jornal da Tarde*, de Pelotas. Em busca de alternativas, empresas concorrentes juntaram-se. Em Pelotas, *A Opinião Pública*, por exemplo, foi comprada pelo *Diário Popular*, em 1944. A conjuntura desfavorável, entretanto, ainda levou ao fechamento do sexagenário *O Tempo*, em 1960, da *Folha da Serra*, em 1965, e do *O Commercio*, em 1966.

Segundo Rüdiger (1998), a retomada viria apenas com a fundação da Associação dos Jornais do Interior, em 1962, e os investimentos em maquinário e concentração de capitais, o que consolidaria alguns casos de bem sucedidos grupos editoriais, como o Grupo Editorial Sinos, de Novo Hamburgo. Na década de 70, então, o modelo empresarial tornou-se hegemônico no interior. Além do caso do Grupo Sinos, foram criadas a Cia. Jornalística Publipam, de Panambi; a Empresa Jornalística Planalto Médio, de Ijuí; a Cia. Jornalística da Região dos Pinheiros, de Farroupilha; a Cia. Diário da Manhã, de Passo Fundo; e o Grupo Grisólia, de São Luiz Gonzaga.

A nova lógica, com a entrada das empresas na era das indústrias culturais, de acordo com Fonseca (2005), segue, no Rio Grande do Sul, a mesma lógica do resto do País, que, por sua vez, é consequência das transformações econômicas da segunda metade do século XX.

À medida que as condições econômicas se alteram, as empresas de comunicação, como quaisquer outras, também se adaptam aos novos cenários, de forma a responder satisfatoriamente as demandas do mercado. Se as relações capitalistas se acentuam na sociedade, todo o setor de produção e distribuição de cultura e de comunicação aprofunda sua subordinação à lógica dominante (FONSECA, 2005, p.135).

Apenas a Rede Brasil Sul (RBS) chega a estruturar-se como organização industrial de mídia e obter monopólio sobre o mercado. A outras empresas, por outro lado, disputam fatias menores, sem condições de estabelecer concorrência de fato

(FONSECA, 2005). Com o jornal *Zero Hora*, o jornalismo e a notícia tornam-se mercadorias: “Ao conceber o jornal como um produto a ser negociado no mercado, ainda que as notícias tenham consumo simbólico e, portanto, diferenciado das demais mercadorias, o conglomerado de comunicação RBS coloca a lógica empresarial e a necessidade de sua sobrevivência como ente econômico na sociedade, acima das supostas preferências políticas ou partidárias de seus dirigentes, embora essa postura não deixe de ser ideológica” (FONSECA, 2005, p.177).

A consolidação da fase da indústria cultural no jornalismo gaúcho não deixou de ser prejudicial ao Interior. Nesse período, os conglomerados de comunicação abarcaram em seu espectro de atuação, além do impresso, a radiodifusão e a televisão. A vanguarda coube, e é mantida até hoje, ao Grupo RBS, que, se valendo da formação de uma rede de emissoras interioranas sob sua liderança, fomentou a receptividade ao jornal *Zero Hora*. A construção do monopólio inicia nos anos 1970 e passa, além disso, pela aquisição de jornais, como *O Pioneiro*, de Caxias do Sul, em 1993, e tem como consequência o controle dos canais de formação da opinião pública local e dos principais fontes de financiamentos do setor. As perspectivas monopolistas do período trazem a tona, pelo menos, mais dois aspectos negativos:

[...] em primeiro lugar, o caráter extremamente nocivo desse processo para os profissionais da imprensa escrita, cujo mercado de trabalho tem se estreitado ao longo dos últimos anos, dado o fechamento de grandes jornais, as políticas de compressão salarial e a mesquinhez das atividades jornalísticas das empresas interioranas (RÜDIGER, 1998, p.88).

Paralelo a isso, a imprensa gaúcha passou por um processo de informatização, englobando não apenas as publicações do grupo RBS, mas também as editadas no Interior. O principal exemplo, para Vianna (1992), inclusive pela relevância nacional, vem da região do Vale dos Sinos: “O jornal *NH*, de Novo Hamburgo, apresenta facetas inéditas na história do jornalismo brasileiro tanto em seu surgimento como empresa jornalística quanto em avanços tecnológicos empregados” (VIANNA, 1992, p. 100). O Grupo Editorial dos Sinos foi pioneiro na região Sul do País em diversos momentos: colocou em funcionamento a primeira impressora *offset*, em 1968; depois, 1978, passou a operar terminais de computadores para fotocomposição de jornais; e, em 1985, foi o primeiro a utilizar os computadores nas redações, eliminando as máquinas de escrever.

A estabilidade financeira, garantida pelo bom número de assinantes e pela pujança econômica da região, e a independência política são elementos fundamentais para a evolução tecnológica do Grupo Sinos. Além disso, a informatização está ligada aos objetivos da própria comunidade, uma vez que a empresa criou projetos para popularização dos computadores em escolas, além de lançar publicações de interesse local para atender ao setor calçadista e a indústria de máquinas da região (VIANNA, 1992).

3.4 JORNALISMO LOCAL NO RS: A TRAJETÓRIA DE TRÊS PERIÓDICOS

A seguir, passaremos a um breve resumo da história e da atuação dos três jornais do *corpus* deste estudo: O *Diário Popular*, de Pelotas, fundado em 1890, e o mais antigo do Rio Grande do Sul em circulação até hoje; *A Razão*, de Santa Maria, região central do estado, criado em 1934; por fim, o *Diário da Manhã*, de Passo Fundo, fundado em 1935.

3.4.1 DIÁRIO POPULAR

O *Diário Popular*, fundado em Pelotas, em 1890, por Theodózio de Menezes, é o mais antigo dos três jornais adotados como objeto deste estudo, sendo também o que está há mais tempo em circulação no Rio Grande do Sul. Comprado pelo Partido Republicano antes do final do século, tornou-se a folha responsável pela divulgação dos ideais do partido na região Sul, ou seja, outro que se desenvolve dentro de um regime de imprensa político-partidário.

Aliás, nesse caso, Pelotas e Rio Grande foram duas cidades importantes, berço de diversas publicações do período. O linguajar agressivo e a constante troca de farpas entre facções que tomou corpo na imprensa trouxeram consequências, por vezes, perigosas. Como já havíamos apontado anteriormente, a violência era do cotidiano da época. O *Diário Popular*, já estabelecido como o principal jornal da sua região, não ficou imune. Durante a Revolução de 1923, por exemplo, quase foi destruído pelas tropas federalistas. Salvou-se graças à intervenção direta do comandante Zeca Neto. A chegada do Estado Novo, em 1937, reafirmaria o uso da força contra jornais e jornalistas. A abolição dos partidos levou ao fechamento de diversos deles. Os resistentes sofreram forte censura, entre eles o *Diário*, que teve

sua publicação provisoriamente suspensa enquanto jornalistas eram intimados pela polícia (RÜDIGER, 1998).

Após essa data, “o jornal passou a ser fonte de comunicação neutra, mantendo não só Pelotas, como a região da zona Sul (a quem atende até os dias de hoje), informada dos acontecimentos diários, limitando-se aos interesses gerais” (WEBER, BANDEIRA, 2011, p.2). Paralelo a isso, o *Diário Popular* contribuiria para o desenvolvimento da indústria gráfica de Pelotas. Tal processo é facilitado pela presença de um porto na cidade, além daquele localizado na vizinha Rio Grande, por onde chegaram muitas máquinas e equipamentos. E, em termos de produção gráfica, Weber e Bandeira (2011) separam a história dessa publicação em três fases. Em um primeiro momento, a tipografia composta letra por letra. A segunda fase inicia com ajuda financeira de alguns colaboradores, o que permitiu sua atualização tecnológica pela aquisição de duas máquinas linotipo e variado material tipográfico, em 1922. Por último, os computadores passam a realizar a diagramação, e adota-se a impressão *offset* em formato tablóide que lhe garantiria destaque regional.

A partir de 1938, o jornal passa para os domínios da Gráfica Diário Popular Ltda, da família Fetter, a qual pertence até hoje. Foi sob essa direção que a publicação evoluiu tecnologicamente, mantendo-se por tanto tempo na ativa como referência no Rio Grande do Sul. Em sua tese de doutorado, Dornelles (2004) já afirmava que “é um dos jornais mais bem equipados do interior do Estado, com redação informatizada e editoração eletrônica”. O conteúdo é classificado como “excelente do ponto de vista informativo e educativo” e a diagramação, desde a década de 1990, segue o padrão dos grandes jornais.

A assimilação dos anseios por informações de caráter próximo é identificada como uma das principais características do *Diário Popular*. “O noticiário local é o de maior peso no jornal, tanto em número de páginas quanto na diagramação das matérias, que sempre abrem as páginas. A manchete do jornal, salvo em situações muito especiais, prioriza o acontecimento local” (DORNELLES, 2004, p.126).

Outros pesquisadores seguem pelo mesmo caminho, analisando o papel do grupo detentor do periódico em suas tentativas de aproximação com o seu público leitor: A empresa Gráfica Diário Popular Ltda, que mantém o *Diário Popular*, preocupa-se, por exemplo, com o incentivo de eventos culturais e espetáculos. Seus propósitos expressos nos estatutos da empresa buscam o enriquecimento cultural

da sociedade e despertar o espírito comunitário através de promoções assistenciais destinadas ao público carente.

O jornal se faz presente na região através da divulgação de eventos que apóia, como feiras, encontros, festas, além de confeccionar cadernos de interesse regional, que o caracterizam como lugar de defesa dos interesses da Zona Sul do Rio Grande do Sul (FACCIN, 2007, p.9).

Atualmente, possui editorias de Opinião, Cidades, Economia, Sociedade, Nacional, Exterior, Polícia, Esportes, Política e Rural. Segundo a própria publicação, circula com até 32 páginas, nos 23 municípios da zona Sul. Virginia Fetter e Luiz Carlos Fetter comandam o Diário Popular, sendo sucessores de Adolfo Fetter, responsável pelo jornal durante 15 anos. Possui, em média, 18 mil exemplares diários, chegando aos 20 mil durante os finais de semana.

3.4.2 A RAZÃO

O surgimento de *A Razão*, em Santa Maria, no ano de 1934, não está desvinculado do contexto político-partidário ainda presente na imprensa gaúcha daquele período. O jornal foi fundado por três políticos: Gelio Brinckmann, Flodoardo Martins da Silva e Clarimundo Flores, com financiamento do Coronel Flodoaldo Silva, estancieiro da cidade de Uruguaiana. Apenas três meses depois, Clarimundo, ao lado de Flores Sobrinho, assumiu o controle até a venda aos *Diários Associados*, na década de 40.

Os primeiros jornais da cidade, no século XIX, já encaminhavam o posicionamento partidário como tendência. Segundo Rechia (*apud* Badke, 2004, p38), *A Província*, de 1885, era órgão do Partido Liberal, enquanto *O Popular*, de 1888, além do *14 de Julho*, *O Martinhense*, *O Estado* e *A Tribuna*, defendia causas republicanas.

De início, o objetivo central de *A Razão* era difundir as ideias do político alegretense Oswaldo Aranha, o que explica sua concepção editorial baseada em conceitos republicanos, transparecendo influências positivistas (GARCIA, 2006). Contava, então, com oito páginas em formato *standard*, com circulação matinal e venda avulsa ou por assinaturas semestrais e anuais. Com o objetivo de divulgar o lançamento, suas cinco primeiras edições foram distribuídas gratuitamente. A

primeira capa estampava uma manchete sobre o enfrentamento de forças integralistas e comunistas.

O desenvolvimento do jornal coincide com o apogeu ferroviário naquela região, que iniciou nos anos 1930 e se estendeu até a década de 60. “Santa Maria, com a chegada da estrada de ferro, além de progredir economicamente, estabeleceu uma imprensa que, por meio dos trilhos, acessava os fatos que iria publicar e, atendia as localidades próximas, como fonte de informações” (HELFER, 2012).

Além disso, de acordo com Rüdiger:

[..] em poucos anos, tornou-se o principal jornal da região do planalto, graças à organização de um sólido departamento comercial e do emprego dos serviços ferroviários como meio de distribuição que lhe permitiram conquistar 60% do mercado regional e suplantar a concorrência do velho *Diário do Interior* e, depois, do moderno *Diário do Estado* (RÜDIGER, 1998, p.72).

Da mesma forma, Helfer (2012) observa que o jornal se valeu de inovações tecnológicas para obter e divulgar informações.

Desde o início, o jornal contou com publicações sobre a região, o país e o mundo, noticiando eventos das áreas políticas e econômicas. A partir de 1941, as notícias passaram a ser obtidas por meio da radiotelegrafia, tal recurso permitiu o contato com a *United Press*, órgão presente em grandes centros urbanos e capitais abastecendo as agências de notícias com informações (HELFER, 2012, p.26).

Em 1941, *A Razão* foi vendido para os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Nessa fase, foram realizadas reformas gráficas para adequá-lo aos padrões mais modernos da época, o que contribuiu para o fim do jornalismo de tribuna, comum no interior (RÜDIGER, 1998). Segundo o site do jornal⁵, nessa fase, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, temas locais e regionais se tornaram o foco do noticiário. Em 1982, o controle do jornal passa ao jornalista Luizinho de Grandi e sua esposa Maria Zaira de Grandi, constituindo-se em mais um veículo de comunicação sob controle de um núcleo familiar, assim como acontecia com o *Diário da Manhã*. Quatro anos depois, ainda segundo o endereço eletrônico, foi iniciada uma etapa de inclusão de notícias estaduais, nacionais e internacionais.

⁵ www.arazao.com.br, site acessado em 12 de outubro de 2013.

A expansão do grupo RBS chega até Santa Maria, em 2002, com o lançamento do *Diário de Santa Maria*. A publicação promoveu, principalmente nos primeiros anos, pautas que atendiam ao critério de proximidade. E, dessa forma, uma nova peça mexeu o jogo do mercado de comunicação na cidade, uma vez que *A Razão* era o único jornal diário desde o final dos anos 1980, quando foi extinto *O Expresso*, e já possuía tradição e espaço na comunidade. A possível ameaça ocasionou algumas mudanças no projeto gráfico, além da expansão da área de atuação, por meio de parcerias com a rádio Santamariense e com a rede de televisão Pampa. Mesmo assim, a política de boa-vizinhança com os poderes legislativo, executivo e judiciário e com instituições de cunho religioso, associações e entidades de classe, manteve-se (BADKE, 2004).

O autor segue comparando os dois jornais da cidade e seus aspectos nos primeiros anos do século XXI:

A Razão é um periódico tradicional, pertencente a uma empresa familiar e que mantém um perfil de leitor típico – empresários, militares, funcionários públicos. *A Razão* tem um aspecto mais conservador, no que diz respeito ao tratamento de texto, fotos e diagramação. Sempre foi o único jornal a receber anúncios oficiais e privados (BADKE, 2004, p.40).

Em relação à interação com os leitores, tendo em vista o processo de midiaticização, ainda comparando com o *Diário de Santa Maria*, Borelli leva em conta as diferenças da composição estrutural das duas empresas e observa que, no caso do *A Razão*, ainda predomina o contato por meios tradicionais, uma vez que “o jornal permanece preocupado e centrado na versão impressa. Essa diferença se explica em parte pela história de cada um: AR possui 70 anos e faz parte de uma empresa familiar enquanto o DSM integra o maior grupo de comunicação da região Sul do Brasil e nasce no século XXI” (BORELLI, 2011, p.13). Nesse sentido, *A Razão* não demanda muita atenção às novas tecnologias e não emprega profissionais para desempenharem funções específicas ligadas ao webjornalismo (BORELLI E FANTONI, 2012)

Atualmente, possui formato tablóide, com uma média de 16 páginas e tiragem de 13 mil exemplares diários durante a semana e 16 mil nos finais de semana, de acordo com a Associação dos Diários do Interior (ADI). Interessante notar que, assim como o *Diário da Manhã* e o *Diário Popular*, *A Razão* optou por abolir seus editoriais, no ano de 2004. Está dividido nas seguintes editorias: Página 2, Política,

Opinião, Geral, Segundo A Razão (variedades), Sociais, Economia, Serviços, Esportes, Polícia e Agenda. Esporadicamente, circulam os cadernos Teen, Veículos, A Razão de Ler e os Classificados. O primeiro site é de 1998 e, em 1999, o parque gráfico foi reformulado, iniciando a impressão em cores e introduzindo a fotografia digital como recurso. De acordo com o site do jornal, 90% da circulação é proveniente de assinaturas, e a maioria dos leitores pertence às classes A e B.

3.4.3 DIÁRIO DA MANHÃ

Assim como em Santa Maria, a imprensa em Passo Fundo nasceu com inclinações político-partidárias. Os dois primeiros jornais da cidade, por exemplo, respondiam por causas republicanas: o *Echo da Verdade*, de 1892, e aquele que viria a substituí-lo dois anos mais tarde, o *17 de Julho*. Depois deles, outras publicações se desenvolveriam sob a mesma ótica, de bases políticas, entre eles *O Palco* e *Violeta*.

O *Diário da Manhã* surge em 1935 para ser o principal concorrente ao *O Nacional*, em circulação desde 1925. Túlio Fontoura, seu fundador, lançava, na época, o primeiro jornal impresso em máquina linotipo da região. Membro do Partido Republicano, Fontoura já havia experimentado o campo jornalístico. Anteriormente, criou o *Jornal da Tarde*, folha que durou poucos meses, e *A Luta*. (HARTMANN, 2011). O último pode ser considerado o embrião do que viria a ser, oficialmente, o *Diário da Manhã*. Mais uma vez, no Rio Grande do Sul, sob influência de um regime jornalístico partidário.

Era o próprio Túlio quem escrevia os editoriais, segundo informações publicadas no site do jornal (2006), defendendo “a ética, a democracia e a liberdade de expressão”. As páginas da nova publicação contavam com posicionamentos explícitos, justamente por estarem nas mãos de um político. Para Friderichs (2006):

Fontoura “adota um discurso que compromete o Jornalismo com certos elementos: o discurso retórico da política e o seu poder encantador, a suposta relação entre informação e educação e aquilo que ele entende por direito. [...] Às margens da ditadura, sob o pretexto da justiça, o fundador do periódico relaciona a produção jornalística efetivada no DM, aos democratas (FRIDERICHS, 2006, p.40).

Após o falecimento de Fontoura, em 1979, a coordenação fica a cargo de Dyógenes Martins Pinto, seu genro, na época funcionário do Banco do Brasil. A

mudança não interferiu na inclinação política da publicação, mas trata-se de um período em que a administração, a política e a inovação técnica o transformariam em um dos maiores jornais de Passo Fundo (FRIDERICHS, 2006). A nova fase, mais do que isso, marcará o avanço da empresa no sentido da construção de um grupo comunicacional. A expansão para outras cidades da região evidencia esse processo. Em um espaço relativamente curto de tempo, entre 1976 e 1986, foram abertas sucursais em Chapecó, Cazarinho e Erechim. No mesmo sentido, foram criadas a rádio Diário da Manhã FM e a Gráfica e Editora Multigraf. O periódico adquiriu o formato tablóide e teve todos os seus setores informatizados. Nascia o Grupo Diário da Manhã.

Pouco depois, no final da década de 1980 e durante a de 1990, o jornal passa a produzir cadernos e suplementos especiais para os governos federal, estadual e municipal, sempre custeados pelos próprios governos em datas comemorativas ou ocasiões especiais.

O perfil familiar da empresa se mantém após o falecimento de Dyógenes, em 1998, quando sua filha Janesca Maria Martins Pinto assume a responsabilidade pelo Grupo. A partir de 2003, ela passa a receber o apoio de sua cunhada, Ilânia Pretto Martins Pinto, na coordenação do negócio. Como observa Friderichs (2006), as últimas renovações aconteceram com o comando de Janesca. Entre elas, a aquisição das duas rádios AM, em 2002, ampliando a presença radiofônica. Essa fase também é marcada pela contratação de mais profissionais e pela ampliação do diálogo entre as redações das três cidades.

Atualmente, as publicações abrangem 15 municípios, sendo que Carazinho e Erechim possuem redações, edições e setores administrativos próprios. As impressões, todavia, são centralizadas em Passo Fundo. A sucursal de Chapecó foi extinta em 2009. O impresso possui no mínimo 12 e, no máximo, 24 páginas locais, no formato tablóide, divididas em Geral, Polícia, Educação, Saúde, Política, Social e Economia. O caderno Conexão circula nas três cidades e tem de 4 a 8 páginas, sendo dividido em Estado, País, Mundo e Esportes. Além desses, três vezes por semana, o espaço AGRO DM é veiculado com informações sobre o agronegócio; o DM Revista circula nos finais de semana, como caderno de variedades; e o DM Saúde, de oito páginas. Os jornais não possuem editoriais de opinião assinados pela direção. O fato de não estar filiado ao IVC (Instituto de Verificação de Circulação) impede a divulgação de uma tiragem oficial. De acordo com o Núcleo de Mídia da

Secretaria de Comunicação do Planalto, cada edição imprime 12 mil exemplares diários, totalizando 36 mil exemplares nas três cidades.

Sobre o caderno Conexão, iniciado em 1998, Hartmann destaca: “Antes restrita a informações locais e regionais, a cobertura jornalística do *Diário da Manhã* passa a disponibilizar notícias do Estado, país, além de notícias internacionais através de materiais recebidos de agências de notícias” (HARTMANN, 2012, p.79). A autora segue sua análise da amplitude da cobertura dos três jornais, que têm venda nas bancas apenas nas cidades-sede:

Cada jornal cobre em média seis municípios de sua região de abrangência, além do município-sede. Esta cobertura se dá através das assessorias de imprensa das Prefeituras e eventualmente, com a presença de jornalistas. A circulação nestes municípios acontece somente através de assinaturas, sem venda de banca, além dos exemplares de cortesia enviados aos órgãos públicos (HARTMANN, 2012, p.79)

Friderichs (2006), por sua vez, ao analisar a posição editorial do *Diário da Manhã* no início do século XXI, verificou mudanças na postura da publicação:

Tanto tempo depois de sua fundação, o discurso adotado pela empresa aponta outros caminhos, distintos dos propostos por Túlio Fontoura, em 1935. A reflexão sobre o estatuto político, entendido em sentido mais amplo, ou sobre a política, enquanto ação ideológica de um grupo, hoje não se relaciona à sua motivação essencial (FRIDERICHS, 2006, p.41).

Além disso, a pesquisadora destaca o diferencial concedido pela presença em três cidades da região ao compará-lo com *O Nacional*, seu principal concorrente atualmente: “Essa ligação com outras cidades e o espaço dedicado ao rural fazem do DM um jornal com características e interesses regionais, dedicando uma atenção menor que o ON às informações locais” (FRIDERICHS, 2006, p.41).

A informatização das redações no grupo teve vez no início década de 90, ocorrendo de forma gradual devido à localização, espalhada por quatro municípios. “Foi no final dos anos 90, porém, que a tecnologia modificou a maneira de produzir jornal. A entrada dos computadores na redação fez com que os repórteres ganhassem agilidade e conseguissem produzir, no mesmo espaço de tempo, um número maior de reportagens” (HARTMANN, 2012, p.79).

Apenas em 2005, entretanto, foi lançado o primeiro *site*, onde ficava disponível a edição impressa diária, além de um *link* de notícias de última hora. Um ano depois, o endereço ficou fora do ar por sete meses, voltando ao ar em outubro

de 2007. A nova página ainda não assumiria as características de um portal. Para Hartmann (2012), o espaço virtual, nesse momento, era apenas uma “edição-espelho”, definição para casos em que a informação passa do papel ao formato digital sem modificações: “A falta de uma equipe formada por webjornalistas com dedicação exclusiva ao site não permite um tratamento diferenciado às notícias disponibilizadas on-line, tanto no aspecto do texto como das fotos utilizadas” (HARTMANN, 2012, p.99). Em setembro de 2010 foi lançado o www.diariodamanha.com.br, versão ampliada do antigo *site*. Com isso, além do plantão na página de abertura, as notícias regionais ganham mais destaque, quase sempre acompanhadas de fotos e *lead*.

A consolidação da empresa como grupo de comunicação de sólida presença regional toma maiores dimensões, em 2002, com a aquisição de duas emissoras de rádio: a Diário AM 570, em Passo Fundo, e a Diário AM 780, em Carazinho. A produção jornalística, nesse caso, envolve as equipes das redações das duas cidades, que passaram a produzir boletins para a programação radiofônica.

4. ANÁLISE

Em um primeiro momento, situamos o desenvolvimento da notícia local na imprensa em nível mundial e nacional, discutindo suas especificidades, tendências e contradições. Em seguida, principalmente por meio de Rüdiger (1993), reconstituímos o nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul, para, depois, apresentarmos as três publicações sobre as quais nossa análise se debruçará: *A Razão*, de Santa Maria; *o Diário da Manhã*, de Passo Fundo; e *o Diário Popular*, de Pelotas.

4.1 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo foram nossas técnicas de pesquisa. Esta última, segundo Bardin (1977), consiste em uma tarefa de “desocultação”, pela qual o pesquisador assume o papel semelhante ao de um detetive, empenhado em analisar mensagens:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas [...] é uma ferramenta hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade (BARDIN, 1977, p.9).

A análise de conteúdo propõe duas funções que interagem, reforçando-se reciprocamente: uma heurística ou exploratória, de descoberta de percepções ocultas nos discursos; outra de administração de provas, com intenção de confirmar ou refutar hipóteses pré-estabelecidas. Esse percurso, segundo Bardin, é desenrolado a partir de três fases – pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A pré-análise consiste, basicamente, na escolha e organização do material. A “leitura flutuante” é a primeira atividade, pois fornece impressões e orientações acerca dos objetos. Conseqüentemente, surgem as primeiras hipóteses e já é possível preparar o *corpus*, ou seja, “o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos processos analíticos” (BARDIN, 1977, p.96).

Em seguida, chega-se a análise propriamente dita, momento de verificação das hipóteses e da exploração, em busca dos significados ocultos. Isto é, quando o pesquisador exemplifica os dados brutos em unidades que sejam representativas das características do material. Segundo Bardin, a codificação corresponde a uma transformação pautada por determinadas regras:

Esta transformação, que por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (BARDIN, 1977, p.103).

As unidades são as mais diversas possíveis, afinal variam conforme a pesquisa. A unidade de registro, que pode ser a palavra, o tema, o objeto, o documento, o personagem, etc. Uma vez escolhidas, elas precisam ser enumeradas, ou seja, enquadradas em critérios a partir dos quais iremos analisá-las. Sempre segundo Bardin (1977), podemos fazê-lo por presença (ou ausência), frequência, intensidade, direção e ordem.

A terceira fase é a categorização. Trata-se de

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios propriamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 1977, p.117).

No caso deste trabalho, utilizaremos o processo de categorização por caixas, conforme definido por Bardin (1977), quando as categorias são definidas previamente. A seleção dos jornais que fazem parte do *corpus* desta pesquisa teve a intenção de cobrir, da maneira mais ampla possível, dentro do tempo disponível para execução do trabalho, algumas parcelas geográficas do Rio Grande do Sul. Para isso, optou-se por *A Razão*, o *Diário da Manhã* e o *Diário Popular* como representantes das regiões Centro, Norte e Sul do estado respectivamente.

Para traçar um panorama contemporâneo da atividade jornalística dessas publicações, determinamos um período recente, relativo aos últimos de dez anos, que se estende de 2002 a 2012. Na seleção dos exemplares, buscamos uma amostragem figurativa de tal período, que, nesse sentido, nos permitisse verificar tendências e inferir novas perspectivas para o jornalismo local nessas cidades. Será

uma edição por ano de cada jornal, 11 edições por publicação e 33 exemplares no total.

Selecionar a maior variedade possível de meses e dias da semana, evitando que a repetição de datas viciasse os resultados da pesquisa, foi outra preocupação. Como o jornal *A Razão* não circula na segunda-feira, e o *Diário da Manhã* e, mais uma vez, *A Razão* possuem apenas uma edição para todo o final de semana, o intervalo de dias inicia na terça-feira e se estende até sábado e domingo. Método semelhante foi utilizado pra definir os meses: uma edição para cada mês do ano, de janeiro a novembro. Em resumo, o trajeto foi o seguinte: a segunda terça-feira de janeiro de 2002 – evitamos a primeira semana do ano por sua excepcionalidade -, a terceira quarta-feira de fevereiro de 2003, a quarta quinta-feira de 2004, a primeira sexta-feira de abril de 2005, o segundo final de semana de maio de 2006, assim por diante até 2012. Por fim, o material consolidado engloba as seguintes datas: 08/01/2002, 19/02/2003, 25/03/2004, 01/04/2005, 13/05/2006, 19/06/2007, 23/07/2008, 06/08/2009, 10/09/2010, 15/10/2011 e 23/11/2012.

A catalogação, baseada na análise de conteúdo, partiu de dois modelos de fichas: um para os exemplares e outro para os textos. Optamos por utilizar as matérias de capa, pois a seleção para esse espaço de destaque indica sua relevância superior para o jornal durante a construção do noticiário. A primeira categorização resultou em 33 fichas, enquanto as matérias somaram 200 fichas (69 chamadas do *Diário da Manhã*, 59 do *Diário Popular* e 72 do *A Razão*).

Os modelos utilizados foram os seguintes:

- EXEMPLARES

Veículo:

Edição:

Data:

Expediente:

- TEXTOS

Número da edição:

Data:

Título:

Autor:

Gênero:

Tema:

Proximidade Geográfica:

Observações:

Como resultados da quantificação textual, obteve-se o seguinte para as categorias Gênero, Tema e Proximidade Geográfica, aqueles que nos ajudariam a responder os questionamentos do trabalho:

Quanto ao gênero jornalístico em *A Razão*

- Notícias: 55 (76%)
- Reportagens: 17 (24%)



Gráfico 1 Gêneros Jornalísticos - *A Razão*

Quanto ao gênero jornalístico no *Diário da Manhã*

- Notícias: 57 (83%)
- Reportagens: 12 (17%)

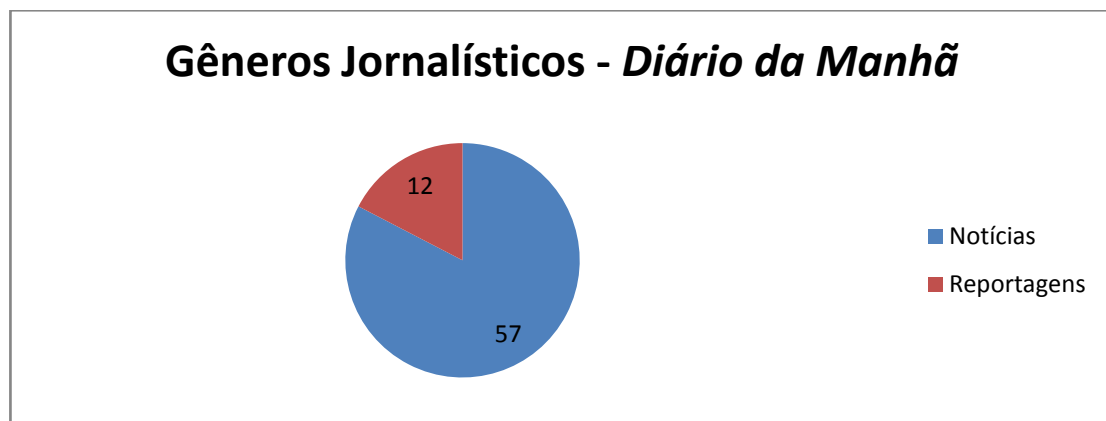


Gráfico 2 Gêneros Jornalísticos - *Diário da Manhã*

Quanto ao gênero jornalístico no *Diário Popular*

Notícias: 49 (83%)

Reportagens: 10 (17%)

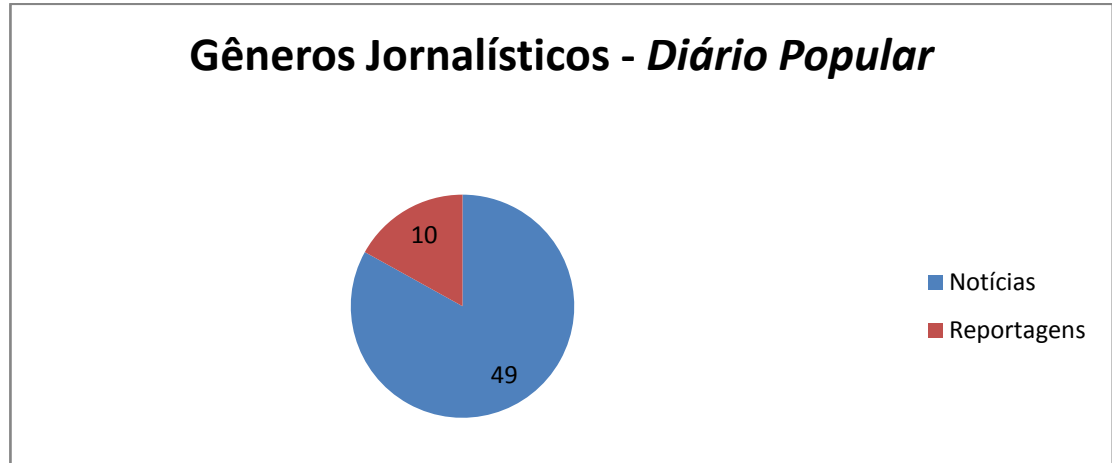


Gráfico 3 Gêneros Jornalísticos - *Diário Popular*

Quanto à proximidade geográfica em *A Razão*

- Municipal: 54 (75%)

- Regional: 8 (11%)

- Estadual: 9 (13%)

- Nacional: 1 (1%)

- Internacional: zero.

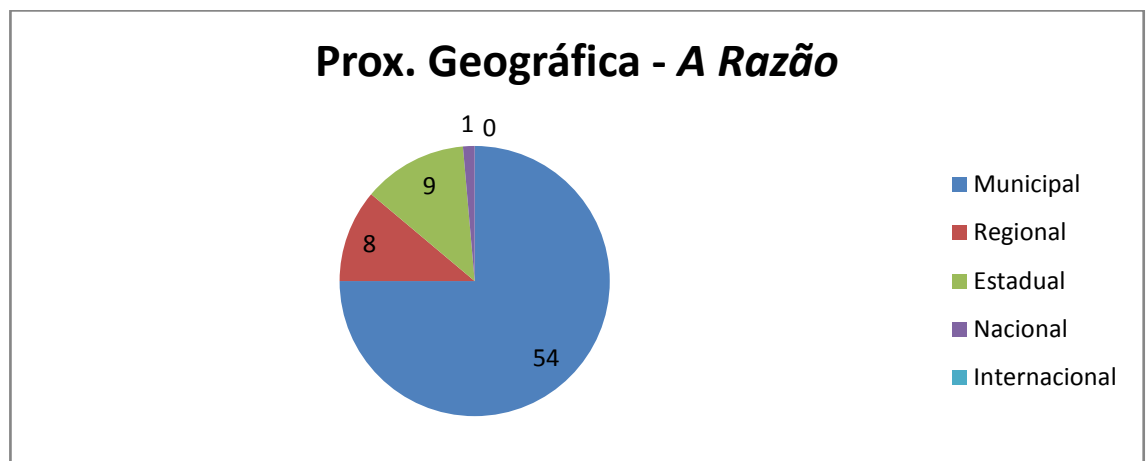


Gráfico 4 Proximidade Geográfica - *A Razão*

Quanto à proximidade geográfica no Diário da Manhã

Municipal: 43 (62%)

Regional: 12 (17%)

Estadual: 9 (13%)

Nacional: 3 (6%)

Internacional: 1 (1%)

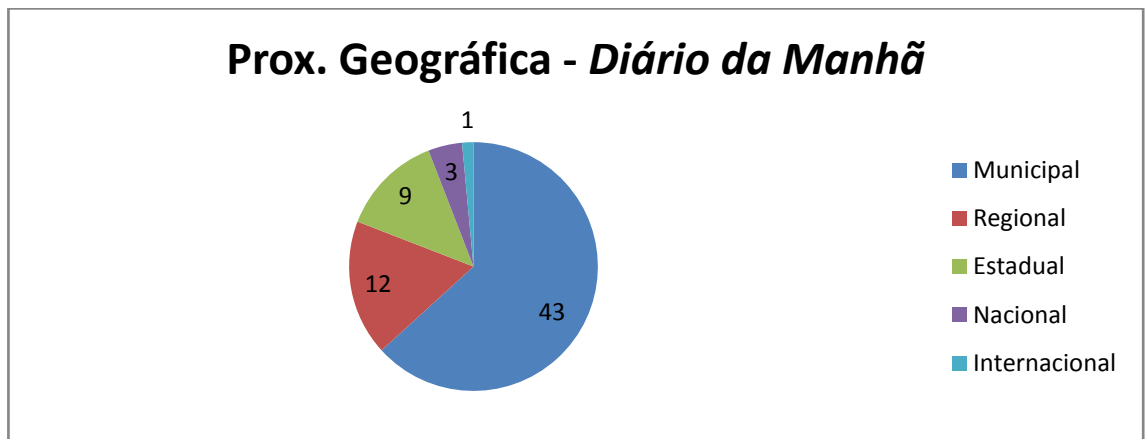


Gráfico 5 Proximidade Geográfica - *Diário da Manhã*

Quando à proximidade geográfica no *Diário Popular*

Municipal: 35 (59%)

Regional: 11 (19%)

Estadual: 4 (7%)

Nacional: 7 (12%)

Internacional: 2 (3%)

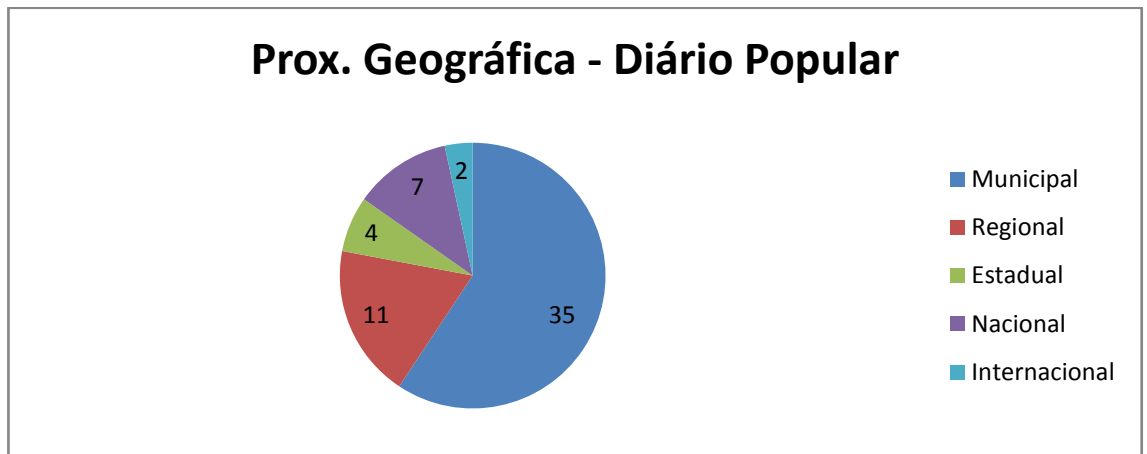


Gráfico 6 Proximidade Geográfica - *Diário Popular*

Quanto ao tema em *A Razão*

Esportes: 11 (15%)
 Polícia: 11 (15%)
 Ensino: 8 (11%)
 Cidade: 8 (11%)
 Economia: 7 (10%)
 Saúde: 7 (10%)
 Política: 7 (10%)
 Meio ambiente: 3 (4%)
 Tempo: 2 (3%)
 Comportamento: 2 (3%)
 Cultura: 1 (1%)
 Religião: 1
 Sindicalismo: 1
 Funcionalismo público: 1
 História: 1
 Serviço: 1

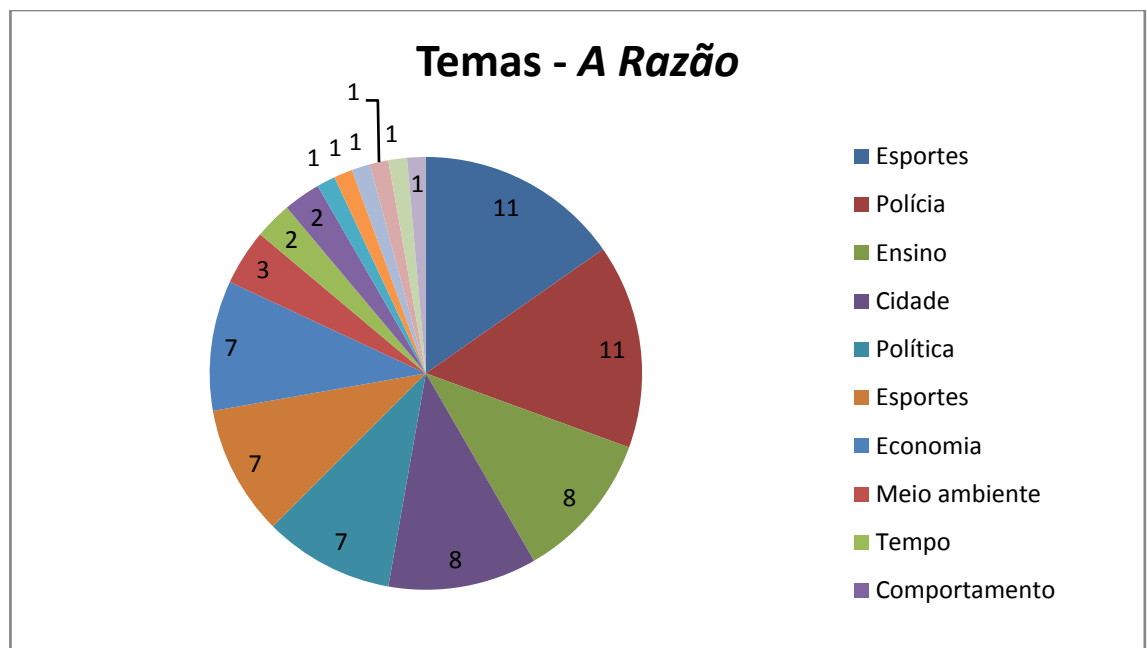


Gráfico 7 Temas - *A Razão*

Quanto ao tema no *Diário da Manhã*

Polícia: 14 (20%)

Ensino: 9 (13%)

Política: 8 (12%)

Cidade: 8 (12%)

Economia: 6 (9%)

Rural: 5 (8%)

Saúde: 5 (8%)

Esporte: 4 (6%)

Meio Ambiente: 3 (4%)

Cultura: 3 (4%)

Institucional: 1 (1%)

Saúde Animal: 1

Serviço: 1

Tempo: 1

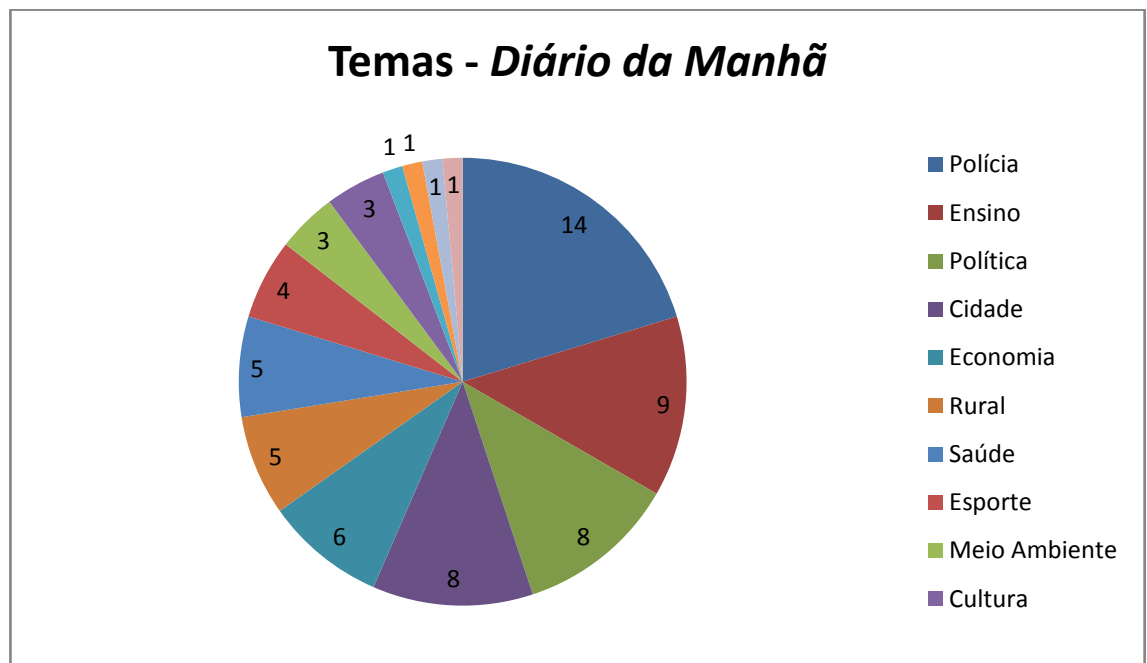


Gráfico 8 Temas - *Diário da Manhã*

Quanto ao tema no *Diário Popular*:

- Política: 9 (15%)
- Polícia: 8 (14%)
- Esporte: 7 (12%)
- Economia: 7 (12%)
- Ensino: 6 (10%)
- Cultura: 5 (8%)
- Cidade: 5 (8%)
- Saúde: 3 (5%)
- Rural: 2 (3%)
- Turismo: 1
- Funcionalismo público: 1
- Meio ambiente: 1
- Tempo: 1
- Religião: 1
- Serviço: 1
- Direito: 1

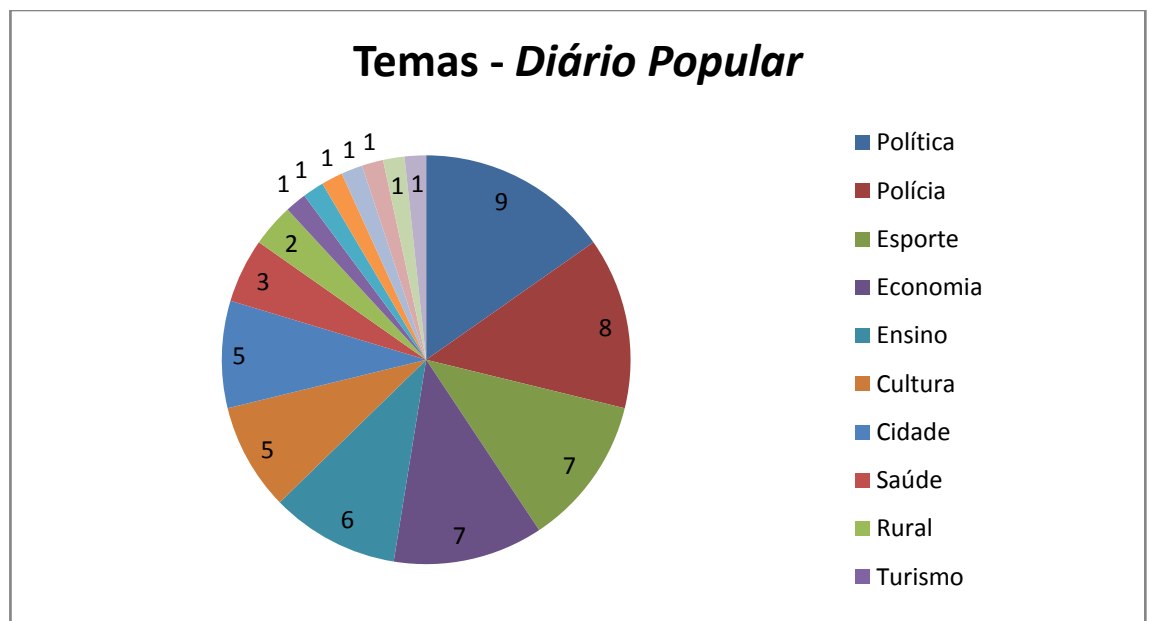


Gráfico 9 Temas - *Diário Popular*

4.2 A PROXIMIDADE COMO VALOR NO JORNALISMO LOCAL

Os números acima expostos nos trazem primeiras conclusões. Em relação ao gênero jornalístico, classificado segundo os critérios de Marques de Melo (2010), a notícia se sobrepõe à reportagem nos três jornais, com números muito parecidos: 83% no *Diário da Manhã* e no *Diário Popular* e 76% em *A Razão*. O número indica baixo investimento dessas publicações em grandes reportagens, além do privilégio para o informativo, em detrimento do opinativo. Foram encontradas poucas matérias com mais de duas páginas, variedade de fontes e fotos, desligadas de interesse temporal imediato, termos que caracterizam uma reportagem. Aqui, é perceptível o desaparecimento da opinião explícita das páginas desses jornais a partir da extinção dos editoriais, renunciando ao posicionamento público. Ainda que isso possa sugerir o abandono da panfletagem, característica típica da antiga imprensa político-partidária gaúcha, a imparcialidade não pode ser considerada seu resultado imediato. Afinal, fiscalizar o poder e posicionar-se em questões de interesse público é parte da prática jornalística. A omissão ou a relativização dessas questões, por outro lado, pode sugerir conveniência com determinados segmentos políticos.

Notícias e reportagens se diferem, resumidamente, a partir de quatro pontos: 1) a notícia trata de um fato; a reportagem trata de um assunto, determinado ou não por fato gerador de interesse; 2) a notícia não depende da vontade dos jornalistas, é espontânea; a reportagem requer “uma visão jornalística” ou uma perspectiva editorial; 3) a notícia é breve e direta, ligada ao imediatismo do seu acontecimento; a reportagem é mais reflexiva, completa, geralmente atemporal; e 4) a notícia é a emergência de um fato novo; a reportagem trata de um estado-de-arte, não está presa a um acontecimento específico, mas sim a um determinado campo de conhecimento (LAGE, 2001, p.114).

A constituição de suas pautas também é diferente. A notícia é a cobertura de fatos que incluem eventos programados ou sazonais, eventos continuados, desdobramentos de fatos geradores de interesse e fatos constatados por observação direta e que estão lá, esperando para serem noticiados. A reportagem, por outro lado, tem como característica própria a pauta encarada a partir de certa “perspectiva editorial”, geralmente resultante da observação de fatos que costumam passar despercebidos ou de inferências realizadas pelo repórter por observação de cenários. “Não se trata apenas de acompanhar o desdobramento (ou fazer a suíte)

de um evento, mas de explorar suas implicações, levantar antecedentes – em suma, investigar e interpretar” (LAGE, 2001 p.39).

Antes de falarmos sobre as temáticas e as proximidades geográficas, no entanto, vale destacar que o *Diário Popular* e *A Razão* concedem assinatura a maioria absoluta das matérias. O jornal de Pelotas, inclusive, traz expediente completo, nomeando os jornalistas da redação por editoria. O expediente da publicação de Santa Maria conta apenas com o fundador, a diretora-presidente, o gerente-comercial e o diretor. O *Diário da Manhã*, entretanto, trouxe referência ao nome do autor em apenas cinco textos, em um total de 69, sendo que apenas um deles se tratava de uma grande reportagem. Essa última constatação nos leva a duas possibilidades: ou o jornalista é pouco valorizado, ou boa parte da publicação é produzida por profissionais de outras áreas, cabendo a assinatura apenas ao editor, no expediente.

A categoria proximidade geográfica era uma das mais importantes deste trabalho, pois nos ajudaria a visualizar se os jornais estavam, de fato, voltados majoritariamente para os acontecimentos locais. Os resultados não desmentiram nossas expectativas iniciais: *A Razão*, *Diário da Manhã* e *Diário Popular* destinam, respectivamente, 75%, 62% e 59% do seu espaço de capa para eventos de âmbito Municipal. Se somarmos o Municipal ao Regional, os números são ainda mais claros: 86%, 78% e 78%, respectivamente.

Ou seja, o guia da construção da notícia nos jornais do interior analisados neste estudo é, de fato, a proximidade. Para Traquina (2005), um “valor-notícia fundamental da cultura jornalística, sobretudo em termos geográficos, mas também em termos culturais”. A proximidade está, além disso, especialmente nesse caso, intimamente ligada à relevância, que condiz com a capacidade do acontecimento incidir sobre a vida dos seus leitores. “Este valor notícia determina que a noticiabilidade tem a ver com a capacidade do acontecimento ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação” (TRAQUINA, p.80). Aqui, como a abrangência desses jornais é local, o acontecimento prioritariamente tem impacto sobre o morador da sua cidade e, em menor escala, na sua região, o que ficou claro com a predominância do Municipal sobre outras proximidades geográficas.

Como reforço a constatação anterior, os noticiários nacional e internacional, por outro lado, podem ser considerados irrelevantes no dia a dia dos jornais do interior. Catalogamos 200 chamadas de capa e encontramos apenas três eventos

internacionais. Duas delas estavam no *Diário Popular*. Em 2002, por exemplo, a principal manchete era sobre a crise econômica na Argentina, com textos de duas agências e assinatura de repórter para repercussão do episódio no Brasil. Mesmo assim, o jornal não se absteve de dar enfoque local ao destinar uma retranca para os efeitos da crise do país vizinho na agroindústria da Zona Sul, sua região de circulação, além de trazer a voz de um representante do Sindicato dos Panificadores de Pelotas, sua cidade, em um *box*, alertando para o conseqüente aumento do preço do pão. A reportagem, aparentemente sem ligação com o dia a dia do leitor, tem seu contexto influenciado pelo local.

O estado de saúde do papa João Paulo II também ganhou destaque no *Diário Popular*, em 2005, valendo-se de agências internacionais. Em um estado de maioria católica, em uma região tida historicamente como conservadora, compreende-se o apelo de uma notícia sobre o pontífice dessa igreja. O *Diário da Manhã* concedeu espaço ao Rural no âmbito internacional, ao anunciar que a China passaria a exportar a soja transgênica brasileira. Mais uma vez, o acontecimento, entretanto, tem relevância local, pois as regiões Norte e Planalto Médio, onde o jornal circula, são grandes produtoras de soja, sobretudo a transgênica e com vias de exportação, garantindo o interesse local pela informação. Enquanto isso, *A Razão* não destinou espaço para nenhum acontecimento ocorrido além das fronteiras do Brasil em suas manchetes de capa.

O nível Nacional apareceu somente 13 vezes. Em *A Razão*, com menos destaque ainda, em apenas uma oportunidade. O jornal de Santa Maria também não havia contado com noticiário Internacional, evidenciando grande tendência de prioridade à informação local. A mudança no horário de verão brasileiro corresponde a três das chamadas nacionais. Ou seja, basicamente, notícias de serviço que também possuem apelo aos moradores do interior do Rio Grande do Sul. No *Diário da Manhã*, por exemplo, além das informações sobre o horário de verão, “*Mais tempo para as gotinhas*”, de 19/06/2007, é serviço, também de interesse da comunidade. Da mesma maneira, ainda no DM, “*Governo promete solução em 30 dias*” fala das medidas do governo federal para a política de transgênicos, altamente relevante para região, conforme comentado anteriormente. As outras 7 estão no *Diário Popular*, com uma também sobre o horário de verão e as outras, basicamente, tratando de decisões do governo federal para as áreas de política, economia e saúde, algumas delas com influência em Pelotas e região Sul

Observando os temas mais presentes nas capas, identificamos, de maneira geral, três tendências. A primeira delas é o domínio da categoria Polícia. Nos jornais *A Razão* e *Diário da Manhã*, foi a primeira colocada em aparições, com 11 (15%) e 14 (20%), respectivamente. No *Diário Popular*, apesar de ter uma chamada de capa a menos do que Política, somou 9, ou seja, 12% do total. A categoria de Política, aliás, pode ser assinalada como segunda tendência. Predominou no *Diário Popular*, mas, também, esteve em 7 capas de *A Razão* e 8, do *Diário da Manhã*. No jornal de Pelotas, ainda com a curiosidade de estar com noticiário bem dividido em relação à proximidade geográfica: 2 eram municipais, 3 regionais, 2 estaduais e 2 nacionais. Por tomarem maior parte do material fichado, analisaremos especificamente os textos de Polícia e Política mais adiante.

Por fim, como terceiro fator a ser destacado, sinalizamos a frequência superior a 10% da categoria Ensino nos três jornais. A presença de duas universidades federais, em Pelotas e Santa Maria, é a explicação mais palpável para esses dados, uma vez que a maioria das matérias trata de assuntos ligados ao ensino superior, sejam eventos promovidos pelas faculdades, acompanhamento de processos seletivos, greves, eleições para reitorias, entre outros. Da mesma forma, Passo Fundo conta com uma universidade particular que se estabelece como referência. Mas, no *Diário da Manhã*, o ensino básico e reflexões sobre educação também marcam o noticiário. A instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul, em Erechim, e a criação de um campus da mesma em Passo Fundo devem aumentar ainda mais a demanda por informações de ensino.

Em *A Razão*, além de Polícia, o noticiário de Esportes esteve 11 vezes na capa. Desse total, nove eram acontecimentos de escala municipal, novidades sobre os dois times de futebol da cidade: o Riograndense e o Internacional. Mesmo quando o evento era de interesse Estadual, uma particularidade Municipal estava presente: um Grenal que seria realizado em Santa Maria. Também em Esportes, portanto, a proximidade e a relevância do local dominam a atividade jornalística.

Ao contrário, a investigação também revelou ausências. Rural, por exemplo, era uma categoria que esperávamos encontrar constantemente em jornais do interior do Rio Grande do Sul. Afinal, principalmente pelo fato de agricultura e a pecuária ocuparem lugar de destaque na economia de diversas regiões, inclusive de forma intensa nas áreas de circulação dos três jornais analisados, somos levados a acreditar que se trata de um tema de interesse público local. Entretanto, Rural foi

esteve em apenas sete chamadas, número muito inexpressivo em um universo de 200. Cinco delas, ou seja, mais da metade, concentradas no *Diário da Manhã* enquanto duas marcaram presença *Diário Popular*, estando completamente ausente de *A Razão*. No *Diário Popular*, uma delas ocupava cerca de $\frac{1}{4}$ de página, com foto bem pequena, e abordava uma situação de reintegração de posse, enquanto outra trazia informações sobre o leilão final da Expofeira, evento do setor na cidade. Resumindo, nem sequer tratavam da questão econômica da agricultura e da pecuária, relevante para a região. Apenas na publicação de Passo Fundo, o destaque foi maior para o assunto, sempre demonstrando preocupação com esse setor da economia por meio de notícias sobre a vacinação contra febre aftosa, legislação de grãos transgênicos, situação de emergência provocada pela falta de chuvas, construção de infraestrutura para transporte da colheita da região, entre outras abordagens. A tendência de destacar as notícias da editoria Rural já havia sido observada por Friedrichs (2006), o que, segundo a autora, associada ao fato de possuir redações em mais três cidades, torna o *Diário da Manhã*, também, uma publicação com marcas e interesses regionais.

Cabe destacar, entretanto, os limites da nossa pesquisa, uma vez que analisamos um número restrito de edições – 33 exemplares - dos jornais selecionados, que, por sua vez, também representam uma fatia menor dentro do amplo quadro de publicações do Interior do Rio Grande do Sul. Além disso, dentro da proposta de trabalho, realizamos mais duas escolhas: optamos por fichar apenas as matérias de capa; e criamos categorias, parte importante da análise de conteúdo que, embora realizada com critério, tem caráter impositivo e é permeada pela subjetividade do pesquisador. É, portanto, de primordial importância que novas investigações sejam feitas e postas em diálogo com os resultados alcançados até aqui, colaborando criticamente para o desenvolvimento de pesquisa para o jornalismo do interior.

Após categorizarmos as chamadas de capa dos três jornais, partimos para o momento do trabalho em que será feita a interpretação dos dados oferecidos pelos textos. Frente à impossibilidade de trabalhar qualitativamente com os 200 catalogados, realizamos uma seleção deste material. Para essa fase, portanto, denominada por Bardin (1977) como tratamento do material, definimos o *corpus* da seguinte maneira: primeiro, buscamos a temática mais presente nas capas de cada jornal; em seguida, contabilizamos se, no universo de textos dessa temática,

prevaleciam as reportagens ou as notícias; para o último momento, seguimos apenas com o gênero jornalístico preponderante, quando foi identificada a proximidade geográfica mais frequente.

Para exemplificar, vamos utilizar o caso do *Diário da Manhã*. Polícia, com 14 chamadas de capa, foi a principal temática. Desse total, 12 eram notícias e duas eram reportagens. Seguimos, então, com a verificação da proximidade geográfica dessas notícias, quando encontramos predominância do caráter municipal em sete delas. São esses textos que serão analisados no jornal de Passo Fundo: sete notícias municipais de Polícia. O procedimento foi repetido com *A Razão* e o *Diário Popular*. No primeiro, prevaleceu a mesma lógica, com quatro notícias municipais de Polícia. Em Pelotas, predominaram o tema Política e o gênero jornalístico Notícia. Entretanto, tivemos empate nos números da proximidade geográfica. Em um total de oito, duas municipais, duas regionais, duas estaduais e duas nacionais. Por isso, optamos por analisar a totalidade das notícias de Política dessa publicação. Assim, fechamos com o seguinte *corpus*:

A Razão:

Polícia (11): Notícias (9): Municipal (4):

- *Inquérito indicia três suspeitos: 08/01/2002*
- *Troca comando em Santa Maria: 19/02/2003*
- *Serviço livra de processo crime 25/03/2004*
- *Laudo aponta que Julia foi estrangulada 27/11/2012*

Diário da Manhã:

Polícia (14): Notícias (12): Municipal (8)

- *Polícia mantém sigilo sobre investigações: 19/02/2003*
- *Operário morre em acidente de trabalho: 19/02/2003*
- *Metalúrgico é condenado pela morte da companheira: 25/03/2004*
- *Moradores da Victor Issler pedem policiamento no posto da BM: 25/03/2004*
- *Operação "Volta às aulas" emprega 30 PMs inativos: 01/04/2005*
- *Direção da escola identifica causador de estragos: 13/05/2006*
- *Câmera é instalada em caráter experimental: 13/05/2006*
- *Jardim América pede segurança: 19/06/2007*

Diário Popular:

- Política (9): Notícia (8): Municipal (2); Estadual (2); Regional (2); Nacional (2)
- *Ex-presidente do PPS se diz traída e anuncia candidatura: 25/03/2004*
- *Câmara aprova com emendas o 3 Plano Diretor: 23/07/2008*
- *MPF pede afastamento de Yeda Crusius do Governo: 06/08/2009*
- *Agora resta saber quais são as prioridades: 06/08/2009*
- *São Lourenço e Piratini anunciam novas mudanças: 06/08/2009*
- *Conselho de Ética arquiva ações contra Sarney: 06/08/2009*
- *Júlio Flores quer fim da isenção fiscal: 10/09/2010*
- *Além de lançar Brasil sem miséria, presidente Dilma anunciou liberação de verba para o metrô: 15/10/2011*

4.3 O NOTICIÁRIO POLICIAL EM DESTAQUE

Como já observamos, o noticiário de Polícia prevaleceu de maneira geral nas três publicações e, especificamente, com mais destaque, nos jornais *A Razão* e *Diário da Manhã*. Os 11 textos de Polícia listados acima – quatro do primeiro e sete do segundo – foram selecionados para a análise conforme critérios explicados anteriormente. A título de entendimento, podemos dividi-los em três tipos de abordagens: reivindicações da comunidade, ações ou eventos promovidos pela Brigada Militar ou por outras forças de segurança e casos de violência.

Além da predominância dos assuntos municipais, reforçando o critério de proximidade como o mais ativo nos jornais do interior, algumas tendências foram observadas e serão esmiuçadas na sequência. São elas: notícias pouco informativas, pois trabalham, geralmente, em cima de hipóteses nada conclusivas; a polícia como fonte preferencial, quase unânime; a recorrência da voz narrativa marcada pela recuperação dos fatos.

O fato policial, aliás, alimentou grandes tiragens no Brasil desde a chegada do Estado Novo. Devido à censura rígida nesse período, faltava informação, e os noticiários esportivo e policial ganharam mais destaque. No Interior, essa cultura continua.

4.3.1 AS REIVINDICAÇÕES DA COMUNIDADE

As notícias “*Jardim América pede segurança*” e “*Moradores do Vitor Issler pedem policiamento no posto da BM*”, ambas do *Diário da Manhã*, trazem reclamações dos moradores nos seus títulos. Entretanto, na segunda, por exemplo, o pedido dos cidadãos ganha escala secundária em comparação com as declarações das fontes institucionais. Apenas no primeiro parágrafo há referência ao clamor por mais segurança, mas nenhum morador fala no texto. A citação é coletivizada: “*Segundo eles, o local está abandonado e não há polícias trabalhando*”. A resposta da Brigada Militar vem logo em seguida; e os outros dois parágrafos trazem as explicações da fonte oficial, o capitão Laudemir da Rosa Gomes, com duas aspas e mais três referências a sua pessoa.

É visível a disparidade de espaço destinado às duas versões, com o poder público em larga vantagem. No final, inclusive, indiretamente, a comunidade é culpada pelo abandono do posto de policiamento, sendo chamada para restaurá-lo, uma responsabilidade governamental, obviamente: “*Segundo Gomes, a estrutura está um pouco deficiente, mas com o auxílio da própria comunidade pode-se conservar o local com uma aparência melhor*”.

Portanto, a hipótese de que os jornais locais são verdadeiros promotores das reivindicações das comunidades não se mostrou verdadeira dentro do nosso material de pesquisa. Assim como os grandes jornais, as publicações do Interior concedem mais espaços às explicações oficiais, relegando as vontades dos moradores ao segundo plano. E, mesmo quando as instituições públicas não são procuradas para falar, aparecem agendando seus eventos, suas promoções e valorizando seu trabalho.

4.3.2 A PREVALÊNCIA DAS FONTES INSTITUCIONAIS

A preferência quase unânime pelas fontes institucionais merece destaque. A polícia e outras forças de segurança do Estado são as responsáveis pelas informações e posicionamentos sobre casos de violência, investigações ou ações promovidas pelas mesmas entidades. Os moradores das cidades aparecem em poucos casos e, mesmo assim, dividindo espaço com delegados, policiais militares ou autoridades.

Dentro da teoria do *newsmaking*, conforme Hohlfedt (2008), nos valem da distinção entre fontes institucionais e oficiosas. No caso dos jornais, prevalecem, de fato, as institucionais, que são aquelas que falam legalmente pelos órgãos de administração pública. A oficiosa, ao contrário, não costuma ser identificada, pois, embora seja integrante da mesma estrutura, pode discordar do *status quo*, vazando informações que prejudiciais ao setor público. Além disso, as fontes das matérias de Polícia são *permanentes* e *centrais* dentro do círculo geográfico ou cultural de atuação dos jornais. Afinal, são os próprios jornalistas que recorrem a elas em busca de informações e depoimentos.

Dentro de um quadro de muita violência e poucas novidades, o jornalismo policial tem seus desafios. O repórter desse setor deveria estar preparado para conhecer o código penal e ter capacidade para obter fontes extrapoliciais, ou seja, “ir além da versão policial dos fatos, realizar investigações próprias e nunca simplesmente transcrever boletins de ocorrência nas delegacias” (EGYPTO, 1989).

“*Serviço livra de processo crime*”, “*Troca comando em Santa Maria*”, “*Operação “Volta às aulas” emprega 30 PMs inativos*” e “*Câmera é instalada em caráter experimental*” são exemplos de notícias sobre eventos institucionais e ações oficiais da área de segurança. Esta última, do *Diário da Manhã*, traz informações e ressalta as vantagens da instalação de uma câmera de segurança em Passo Fundo, tendo um comandante da Brigada Militar como fonte. Da mesma forma, a primeira fala de um projeto do judiciário, em parceria com o Juizado Criminal, para livrar pequenas infrações de processo em troca de pena alternativa.

A matéria sobre a “Volta às aulas”, ao contrário da maioria, tem grande destaque na capa, com foto central aberta. E, internamente, tem o mesmo tom informativo sobre ações da polícia, novamente tendo dois comandantes como fontes. “*Troca comando em Santa Maria*” é um texto tipicamente institucional, falando da mudança em cargos da polícia e passando o currículo dos novos servidores.

4.3.3 CASOS DE VIOLÊNCIA

A matéria “*Jardim América pede segurança*” recebe bastante espaço em comparação com as demais desta categoria, com mais de meia página, duas fotos e duas retrancas. Em geral, são apenas dois ou três parágrafos, com uma ou

nenhuma imagem. E essa é uma constatação a ser feita: embora tenha muita frequência nas capas, inclusive com mais de uma chamada por edição, Polícia conta com notícias curtas, pouco reflexivas, que, de fato, não demandam a importância atribuída a elas por tantas manchetes. A abordagem sensacionalista pode ser a explicação para esse processo, utilizada como estratégia para venda de jornais. Mas, voltando à notícia em questão, embora trate da reivindicação dos moradores, o protesto ocupa apenas as retrancas, com texto principal falando do assassinato de um aposentado. Nesse caso, são ouvidos quatro moradores. Seus depoimentos, apesar disso, são utilizados para representar um estado de terror no local, pois apelam para o sentimentalismo, mais uma ferramenta visivelmente sensacionalista, mas pouco informativa. Vejamos alguns exemplos: “*‘Uma tragédia o que aconteceu com um amigo meu, que segurança eu tenho em viajar e deixar meus filhos sozinhos. Isso me corta o coração’*, desabafou o caminhoneiro Fagundes”. E, mais adiante: “*O clima no bairro é tenso, com moradores querendo fazer justiça com as próprias mãos [...]* Outra moradora, que prefere não ser identificada, diz que está com medo de sair de casa: *‘Eu tenho filho, então peço para as autoridades, pelo amor de Deus, que tenham um pouco de compaixão, piedade e tomem alguma providência’*”.

No texto principal desta notícia, o foco é o assassinato de um aposentado. E, aqui, pode ser exemplificada mais uma característica comum que já havíamos destacado: a reiteração da violência por meio da reconstituição das histórias. Buscamos alguns exemplos em “*Metalúrgico é condenado pela morte da companheira*”, encaixado nesse tipo de caso: “No dia 19, Sadi levou a filha de cinco anos para a casa da vizinha e ficou esperando Joamir. Com a chegada da companheira iniciou-se uma discussão. Logo em seguida, o metalúrgico teria sacado um revólver e atirado cinco vezes contra ela”. Em *A Razão*, a mesma estratégia é utilizada em “*Inquérito indicia três suspeitos*”, outro caso de violência: “Ao chegar na sala, encontrou dois indivíduos armados que começaram a disparar em direção ao ex-policial. Por sua vez, Machado desferiu três tiros e se jogou atrás do sofá”.

A dominação dos índices mais violentos durante a recuperação dos fatos acaba por desumanizar os personagens reais, tornando-os nada menos do que objetos de uma notícia. Assim, como observa Pedroso (2001), “a leitura do fato construído, efetuada por intermédio de uma narrativa unidimensional, mantém uma certa distância entre o real que está ali repetido, na página do jornal, e o discurso

que o descreve. Não só porque o noticiário, que a manchete anuncia, não é narrado nem identificado sob uma rubrica permanente e explícita, mas também porque na narrativa-crime as vítimas e os criminosos só existem como relatos, enquanto notícias” (PEDROSO, 2001, p.83).

Além disso, a transposição do enunciador, ora como o jornalista que está apenas relatando os fatos por meio da fala das fontes – sejam oficiais ou testemunhas, ora como autor-onisciente capaz de narrar detalhes do fato e antever momentos que precederam o acontecimento, cria um efeito de ficcionalização comum nas narrativas policiais, que ser, basicamente, para seduzir o leitor. (PEDROSO, 2001, p.87).

A continuidade é um fator comum nas notícias policiais analisadas. Ou seja, muitas delas estão revelando desdobramentos de um acontecimento violento que chocou a cidade e está sendo acompanhado desde o início pelo jornal. Por isso, os casos são reconstituídos para dar embasamento ao leitor que ainda não tem conhecimento. Nesse sentido, os jornais estão quase sempre trabalhando com hipóteses de investigação, que não podem ser afirmadas categoricamente, obrigando a utilização do modo verbal no futuro do pretérito simples. “Na noite de 5 de dezembro, por volta das 22h30 quatro pessoas *teriam arrombado* e entrado na residência do policial militar aposentado, José Elias Machado.” Outro exemplo: “Eles *estariam* na cozinha, quando um adolescente de 18 anos foi até a residência [...]” e “A morte de Bier *teria ocorrido* momentos depois que o principal suspeito, junto com outras pessoas, passaram a atirar pedras na casa do aposentado”.

4.3.4 SENSACIONALISMO

Os textos sobre casos de violência se destacam, por vezes, pela utilização de linguagem sensacionalista, tanto nas chamadas quanto nas páginas internas. Vejamos algumas cartolas: “Assalto e morte” “Estupro descartado” “Morte do pai-de-santo” “Vandalismo” e “Homicídio”. A notícia “*Laudo aponta que Julia foi estrangulada*”, do *A Razão*, nos serve para caracterizar esse grupo. Possui uma grande chamada de capa, centralizada, em três linhas e cartola “Estupro descartado” na cor vermelha. Logo abaixo, um texto em três colunas resumindo a notícia, com repetição insistente informações: “De acordo com o laudo, a menina não teria sido *estuprada* [...]”. Para, logo depois, retomar, dizendo que “o fato de

Julia não ter sofrido estupro não afasta *outras possibilidades de violência sexual*. E, mais adiante, de novo: “A delegada Carla Dolores Castro, responsável pelo inquérito, disse que outros exames poderão confirmar ou descartar outro tipo de *abuso sexual*”. Nas páginas internas, sob o título “Julia Machado foi morta por estrangulamento” e foto do suspeito, novas repetição de referências a descartada hipótese de estupro, com linguagem sensacionalista: “[...] Carlos Renan Pinto Galvão, 26 anos, não estuprou a criança antes de matá-la”; “No entanto, mesmo sem ter ocorrido *conjunção carnal*, a delegada explica que a hipótese de que outro tipo de abuso sexual possa ter acontecido, como *ato libidinoso* [...]”. A utilização de termos como “conjunção carnal” e “ato libidinoso” se insere em uma estratégia descrita por Pedroso (2011) da seguinte maneira: “A caricatura dessa linguagem exagera, realça e destaca, não os traços das personagens do fato, mas os elementos semântico-linguísticos mais sugestivos e ambíguos, para produzir um efeito de curiosidade-em-erotividade” (PEDROSO, 2001, p.111).

Resumindo, as notícias sobre casos de violência são maioria e têm como principais características a linguagem sensacionalista nas cartolas e nos textos ao valorizar a emoção em detrimento da informação; a continuidade de eventos; e a voz narrativa baseada em hipóteses, criando ambivalências que tornam obscuros os limites entre o real e o imaginário.

A estratégia é cativar a atenção do leitor por meio do “efeito de fantástico”, dirigindo a sua vontade para o movimento físico da compra do jornal.

O modo sensacionalista de construção do fato, então, escolhe aspectos representáveis da vida porque precisa suscitar interesse e estimar a atenção do leitor, o qual deve ser orientado na sua simpatia e emoções, supostamente já conhecidas [...] O *fato-sensação*, localizado nos títulos, realiza-se pelo mecanismo da redundância que reforça mitos e valores vigentes. Assim, oferece um produto padronizado (e repetitivo, porque amanhã novos crimes serão atrativamente narrados) pelas regras do circuito industrial, como um discurso programado para as massas populares (PEDROSO, 2001, p.113).

4.4 A POLÍTICA NAS PÁGINAS DO DIÁRIO POPULAR

O *Diário Popular* apresentou uma variedade maior entre as categorias que dominam o noticiário de capa, ao contrário de *A Razão* e *Diário da Manhã*, nos quais Polícia obteve vantagem. No jornal de Pelotas, Política computou apenas uma acima de Polícia e duas de Esportes e Economia.

Além disso, a constituição do *corpus* do *Diário Popular* passa por uma particularidade. Das nove chamadas de Política, oito eram notícias e apenas uma, reportagem. A variedade de categorias coincidiu com a diversidade de níveis de proximidade geográfica nessa temática: duas eram municipais, duas regionais, duas estaduais e duas nacionais. Como nenhuma delas prevaleceu, optamos, então, por manter todas no *corpus*.

4.4.1 AUSÊNCIA DE DEBATE MUNICIPAL

A primeira conclusão que podemos tirar é que, apesar de o âmbito municipal ocupar 59% do jornal, quando contabilizamos apenas os textos de Política, a participação dos acontecimentos de Pelotas cai para 22% - aqui, estamos considerando notícias e reportagens. Os resultados nos permitem inferir que o acompanhamento e fiscalização do poder público da cidade não é uma prática frequente, o que repete observações feitas por Peruzzo e Dornelles a respeito dos jornais do Interior. Como nosso estudo está baseado em 10 anos, período em que se alteraram prefeitos de partidos de espectros contrários, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Progressista (PP), respectivamente, a isenção em relação ao tema por parte do *Diário Popular* não remete a subversão ou alinhamento a um grupo político em especial. Mas, como as notícias estão fora do âmbito municipal, o jornal parece evitar confrontos com o poder público local. A pressão do poder local, ainda que não explícita, pode vir do prefeito, de caciques políticos, de grandes empresários, etc.

Isso ocorre especialmente em regiões e municípios em que a sociedade civil é de certo modo frágil e o Estado, um grande empregador e um grande anunciante. No caso dos jornais de municípios do interior, que dependem das verbas das Prefeituras para se sustentar, não há dúvida de que a maior ameaça vem das próprias Prefeituras (MARTINS, 2008, p.36).

Tampouco encontramos denúncias ou matérias investigativas a respeito de Política. Os acompanhamentos de casos de corrupção aparecem duas vezes, um de característica estadual e outro nacional. E, nesses momentos, ganham bastante destaque: as duas matérias recebem páginas internas completas, com direito a fotos, box e retrancas. Interessante notar que ambas saíram no mesmo dia, 06/08/2009, ao lado de mais duas notícias de Política. Ou seja, uma capa

concentrando metade do nosso *corpus*. “MPF pede afastamento de Yeda Crusius do Governo”, por exemplo, foi a manchete principal, discorrendo sobre a crise do governo do PSDB. Caracteriza-se, assim como “Conselho de Ética arquiva ações contra Sarney”, pela variedade das fontes. Depois de dedicar à abertura um texto meramente informativo, de tom neutro, apresentando as denúncias do Ministério Público Federal, são ouvidos o chefe da Casa Civil do Rio Grande do Sul e os acusados em defesa. Uma retranca traz o posicionamento da oposição e outra, menor, discorre sobre a repercussão do caso em Pelotas.

A segunda notícia, sobre o então presidente do Senado, José Sarney, tem características semelhantes: variedade de fontes, com espaço para defesa dos acusados e posicionamento da oposição, e tom informativo de descrição das denúncias, sem emitir julgamento. Aliás, é visível a preocupação ao tratar das acusações, evitando a culpa antecipada: “Na primeira decisão, o presidente do Conselho rejeitou denúncia do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que pedia investigação de Sarney por *supostamente* beneficiar a empresa de um neto que atuava no mercado de crédito consignado do senado”. E, segue: “Duque rejeitou outra denúncia de Virgílio, que tratava de suposta responsabilidade de Sarney sobre irregularidades [...]”. Ou seja, a cobertura do *Diário Popular* para esses casos aposta na variedade de fontes, no direito a defesa e no tom neutro para descrição das acusações.

A opinião explícita, portanto, está descartada. Dessa forma, o jornal parece seguir uma tendência observada por Martins (2008) na grande imprensa brasileira. Para o autor, a transformação de um modelo “francamente engajado” para um “relativamente objetivo” é fruto de dois processos: um que afeta os jornais; o outro, o perfil do leitor. As necessidades mercadológicas, associadas ao aumento dos custos de produção e disseminação de conteúdo impresso, obrigaram a ampliação do público alvo:

Como não existe um público partidarizado dessa envergadura, os jornais, na tentativa de conquistar e manter escalas de tiragens economicamente viáveis, foram obrigados a se voltar para um universo cada vez mais amplo. Em vez de cativar o leitor partidarizado, como no passado, a estratégia passou a ser atrair um público plural, composto por leitores com as mais variadas simpatias políticas e as mais diferentes visões de mundo (MARTINS, p.19).

Este processo ligado ao perfil do leitor impactou na “alma e na cara dos jornais”, que foram obrigados a deixar claro que vendem informação, não opinião, e a criar uma variedade maior de cadernos e editorias para segmentos específicos. Ainda segundo Martins (2008), a tendência é o deslocamento do debate político das páginas dos jornais para a internet: “Por seu baixo custo, a alimentação ágil, distribuição espontânea e fácil interação, a internet vem se afirmando como a mídia talhada para a imprensa segmentada e partidarizada” (MARTINS, 2008, p.20).

4.4.2 FATOS DE INTERESSE DA COMUNIDADE

A matéria “*Câmara aprova com emendas o Plano Diretor*”, de 23/07/2008, por sua vez, é de grande interesse dos moradores, uma vez que traz os bastidores da aprovação do novo Plano Diretor da cidade. Novamente, destaque para a variedade de fontes: vereadores de situação e oposição, uma arquiteta representante do corpo docente da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e representantes de sindicatos da construção civil. Apesar do caráter informativo, a notícia tem certo tom de crítica, ainda que não explícita, aos vereadores da cidade por causa de alguns vetos feitos ao projeto em questão, pois o texto reforça pontos que não foram aprovados a partir de suas características positivas. Vejamos: “O conceito de que a cidade gera renda e *alguns são privilegiados* pela infraestrutura paga com o imposto do cidadão *não teve coro* no legislativo”. Ou: “*Apesar dos estudos* que apontam o déficit de árvores no município, os vereadores optaram por manter os terrenos entre as avenidas Bento Gonçalves e Juscelino Kubitschek de Oliveira com os proprietários, *inclusive* aumentaram a possibilidade de construção no local”. Nos dois trechos, observa-se a contraposição de duas ideias – destinar um espaço para área verde e distribuir igualmente a cobrança de impostos – que parecem consenso, ou, no mínimo, razoáveis, para a comunidade, pela negação dos legisladores.

De nível regional, “*Agora resta saber quais são as prioridades*” é a única matéria com foto na capa em 06/08/2009, aberta e centralizada, com grande destaque. Internamente, ocupa mais de meia página, com duas fotos, e traz a voz da população pela primeira e única vez no *corpus* do *Diário Popular*, ouvindo três pessoas. Ao acompanhar a votação da Consulta Popular daquele ano em Pelotas e Rio Grande, o jornal deu destaque para a importante participação dos moradores, mesmo com as adversidades: “O mau tempo não impediu a comunidade pelotense

de comparecer aos mais de 40 pontos de votação, distribuídos pela cidade para eleger os projetos prioritários [...] A expectativa é de que 50 mil pessoas tenham votado, cerca de 30% a mais do que na edição passada [...] A participação massiva no processo poderá garantir uma verba extra de até R\$ 2 milhões”.

Nas duas últimas matérias citadas aparece outra tendência: a necessidade de interpretar a notícia ou contextualizá-la. No texto sobre o Plano Diretor, por exemplo, há uma recuperação do longo processo de votação, referências e explicações aos termos mais polêmicos do projeto, numa tentativa de inserir o leitor no debate. Já a matéria sobre a Consulta Popular não deixa de lembrar ao leitor da importância da participação popular no processo de votação, mostrando os impactos na sua vida. Como observa Martins (2008), em jornalismo político, “não basta apenas dar a notícia, ou seja, transmitir a informação factual mais recente. É necessário qualificá-la, relacioná-la com outros fatos, explicar suas causas e avaliar suas possíveis consequências” (2008, p.21). É preciso deixar claro, entretanto, que opinião e interpretação são abordagens diferentes. A primeira apenas reafirma um ponto de vista prévio, enquanto a segunda é uma leitura do acontecimento na tentativa de relacionar seus fragmentos.

Outras duas notícias tratam de eleições municipais e estaduais. Porém, com tons diferentes. Sobre o Rio Grande do Sul, trata-se de uma entrevista com Júlio Flores, do PSTU, em uma série que escutou todos os candidatos ao Piratini. O texto ocupa pouco mais de meia página, apenas trazendo o posicionamento do entrevistado sobre questões relevantes da campanha: reforma agrária, isenções fiscais, emprego, agricultura, etc. Interessante notar, aqui, que a matéria é baseada, também, em entrevista de Flores para a Rádio da Universidade (UFPEL). Esta estratégia de aproximação com o mundo acadêmico parece bastante proveitosa para os dois lados – jornal do interior e faculdades de jornalismo.

Sobre os bastidores da eleição no município, “*Ex-presidente do PPS se diz traída e anuncia candidatura*” parece uma exceção nas páginas do *Diário Popular* ao apostar em bastante espaço para desavenças políticas. Essa postura fica evidente pela chamada interna, ao lado da cartola, que retrata os sentimentos da entrevistada: “Marilda Netto afirma que foi *apunhalada pelas costas*”. Logo abaixo, o título: “Decisão do PPS *revolta* ex-dirigente”. O texto segue tentando definir o humor de Marilda: “*Pega de surpresa* pela manchete do *Diário Popular*, [...], se diz *traída e apunhalada pelas costas*”. Depois: “*Visivelmente irritada* com a medida que definiu

um grupo de interventores na agremiação”. A notícia dá voz a Marilda, que aproveita para levantar hipóteses e acusações pouco conclusivas contra outros políticos que não aparecem para se defender.

Ou seja, pouca informação e muita especulação que pouco contribuem para o entendimento do leitor ou para o debate político, o que representou uma exceção no *corpus* analisado. Além disso, trata-se de uma notícia que não toma alguns cuidados importantes no jornalismo político. A multiplicidade de fontes interessadas nessa área requer cuidados especiais. É preciso conversar com muitas pessoas, de origens e interesses diversos. Pois, muitas vezes, a luta política resume-se à disputa entre diferentes versões do mesmo fato e, nesses casos, as fontes são pouco confiáveis. “Todos os políticos, sem exceção, têm interesses e objetivos, lealdades e inimizades, ambições e ressentimentos, cacoetes e vaidades, que inevitavelmente filtram, apimentam e marcam seus relatos” (MARTINS, 2008, p.48). O *Diário Popular* se deixou levar por uma versão, quando, nessas situações, é necessário trabalhar, além da informação de fundo – o discurso de Marilda -, com informação factual. É preciso entender os interesses existentes por trás dos discursos na cobertura política, ressalta Martins (2008).

Em suma, o noticiário de Política do *Diário Popular* evita a abordagem de temáticas polêmicas. Apenas um caso tratava de desavenças políticas, mas parece ser a exceção e não a regra da publicação. Além disso, o acompanhamento do poder público não foi frequente no nosso *corpus*, independente da agremiação política que estivesse no poder durante os 10 anos da análise. Reportagens investigativas, de fiscalização dos governos, também não apareceram, o que não comprova comprometimento, mas sugere conveniência com o regime estabelecido. Afinal, a proximidade geográfica municipal, que predominara na nossa investigação, passa a ter apenas 22% do espaço quando falamos de Política. Por fim, embora tenhamos algumas notícias de interesse local, a comunidade tem pouca voz como fonte.

5. CONCLUSÃO

Dedicar uma pesquisa aos jornais do Interior do Rio Grande do Sul mostra-se, a princípio, como uma aventura rumo ao desconhecido. As dificuldades eram enunciadas aos montes. Bibliografia escassa, conteúdo precário, dificuldade de acesso às publicações, baixo interesse acadêmico pelo assunto. Por outro lado, durante todo o percurso de cinco anos pela faculdade de Jornalismo, refleti, com cada vez mais ânsia, sobre o movimento estudantil em direção a Porto Alegre. Dentro do qual, vejam só, me incluo, mas que, hoje, percebo como uma das coisas mais lastimáveis da cultura interiorana. Todos os anos, aos milhares, desembarcamos na rodoviária da Capital em busca de uma oportunidade.

Não sabemos, entretanto, atrás do que estamos ou no que estamos nos metendo. Apenas somos parte, mesmo que consciente, de um anseio por mais conexões, mais informações. Mas se desterritorializar é parte do processo, reterritorializar talvez fosse o passo seguinte. No fim das contas, cheguei à conclusão que, de alguma forma, precisava reatar com as minhas origens também no meu campo de estudo. Pode soar como “provincianismo romântico”, que por ser “provincianismo” e por ser “romântico” soa como mais infeliz ainda. Mas, na verdade, é simples. Tive certeza de que seria muito mais instigante pesquisar sobre uma cadeia menor de comunicação, mas que, por sua vez, pode ter impacto sobre o desenvolvimento da cidadania em suas comunidades.

A pesquisa partiu, então, de três jornais – *Diário Popular*, *A Razão* e *Diário da Manhã* –, em busca de reflexões que levassem além do senso comum que ronda o jornalismo no Interior, comumente taxado por seu atraso em relação ao produzido na Capital. O fato de circularem em âmbito local influencia sua cobertura jornalística? O que os jornalistas dessas cidades priorizam como destaque nas capas das publicações? Como os jornais têm evoluído, ou não, na primeira década do século XXI? Quais são as tendências e contradições entre os três escolhidos como objeto deste estudo? Quais são as temáticas que se sobressaem? As comunidades em que circulam têm voz nessas publicações?

Mesmo que as limitações do nosso corpus, impostas pelo tempo de trabalho e pela metodologia de pesquisa, nos impeçam de produzir respostas conclusivas para todas essas perguntas, alguns pontos relevantes surgiram e nos ajudaram a traçar o que pode ser o início de uma pesquisa mais ampla sobre o jornalismo local no Rio

Grande do Sul. E, dessa forma, estabelecer uma relação mais próxima entre a academia e o mercado que possa colaborar para o desenvolvimento do jornalismo em cidades do Interior. Sintonia positiva para as universidades, para os jornais e para os moradores da região, pois agrega valor ao crescimento profissional dos estudantes e os incentiva a permanecerem em sua cidade após a formatura, fornecendo profissionais qualificados para o jornalismo local. Como as três cidades – Pelotas, Passo Fundo e Santa Maria – possuem cursos de jornalismo, seria interessante desenvolver projetos nesse sentido.

De início, ressaltamos que, de fato, algumas dificuldades surgiram. Além da escassez de bibliografia sobre o assunto, o acesso as edições que precisávamos para a análise emperrou em alguns percalços. Nenhum deles possui os arquivos digitalizados. Mesmo com a diagramação por computador operando há bastante tempo, os três jornais mostraram pouca preocupação em manter seus arquivos em PDF, por exemplo. A nossa disposição, colocaram apenas arquivos físicos nas suas cidades, conservando os exemplares somente em papel. Recorremos ao Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, em Porto Alegre. Apesar da boa vontade de seus funcionários, o Museu não conta com espaço para armazenar as publicações do Interior, o que fez com que parasse de receber boa parte delas. As que restaram estão guardadas em uma sala separada, sem prateleiras, entulhadas, sem organização cronológica ou por publicação, o que dificultou a consulta. Por serem registros, por vezes únicos, dos acontecimentos das suas regiões, estas publicações se constituem em importantes fontes de pesquisa histórica, sendo vital a preocupação em manter atualizados arquivos digitais, além dos exemplares impressos.

Contudo, em Porto Alegre, depois da tentativa frustrada de conseguir o material em contato direto com os jornais, constatei que o Museu Hipólito José da Costa não possuía todas as edições que necessitava: os exemplares do *Diário da Manhã* iam apenas até a década de 1990; e *Dário Popular* e *A Razão* deixaram de ser enviados nos últimos três anos, por falta de espaço para armazenagem. Foi preciso, então, montar, de certa forma, uma rede de contatos em Pelotas, Passo Fundo e Santa Maria.

Todos os exemplares do *Dário da Manhã* foram fotografados por um amigo, morador de Passo Fundo, no Arquivo Histórico Regional (AHR), mantido pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). O

mesmo processo foi necessário nos outros casos. Em Santa Maria, consegui obter o contato de um estudante de jornalismo que realizou as fotos no arquivo do próprio jornal. Um funcionário do setor de diagramação do *Diário Popular*, ao qual cheguei por meio familiares que moram em Pelotas, escaneou o material restante na sede da publicação.

Com a totalidade do *corpus* finalmente reunida, estava ainda mais interessado em verificar se o fato de não arquivarem digitalmente seu conteúdo, o que demonstrou certo descaso com o registro da realidade histórica de suas cidades e regiões, refletia em desinteresse com os acontecimentos locais. Afinal, essas publicações estão voltadas para as suas comunidades ou apenas reproduzem o noticiário dos grandes jornais? De fato, a categoria de notícias municipais se sobressaiu nos três casos analisados. Os acontecimentos privilegiados nas capas são de interesse local, portanto. Uma estratégia óbvia de alinhamento do noticiário ao público leitor. O morador quer receber informações sobre aquilo que impacta de alguma maneira sua vida; e, em consonância, os jornais parecem cientes do seu papel.

Entretanto, precisamos aprofundar a reflexão. Noticiar acontecimentos locais, apesar de importante, não garante que a comunidade tenha voz dentro dos jornais. Afinal, não se trata de uma relação de causa e efeito. Temos uma temática de interesse público, mas a abordagem pode se inserir em outra perspectiva. O *corpus* aponta essa resposta, ainda que ela não possa ser generalista, uma vez que trabalhamos com uma limitação de 33 edições, referentes a um período de dez anos. De qualquer forma, esse é um questionamento que merece ser ampliado em outros estudos: esses jornais não aparecem como a voz legítima dos moradores. As reivindicações das comunidades ocupam pouco espaço, estando geralmente nas páginas de Polícia, com as fontes institucionais preponderando. No caso das capas e matérias analisadas, não podemos falar em características comunitárias nos três jornais. E, nesse sentido, eles se assemelham aos jornais da Capital.

Quando falamos do noticiário de Política, em particular, também notamos a falta de matérias investigativas ou de fiscalização do poder público. Aliado a isso, os editoriais foram excluídos dos três jornais analisados, deixando a opinião, por vezes uma importante ferramenta de cobrança e fiscalização do poder, ausente. Não é identificado, portanto, alinhamento claro com nenhum espectro político, prática comum do jornalismo panfletário gaúcho do século XIX e que permanece em muitos

periódicos sul-riograndenses, mas a omissão, por outro lado, no mínimo sugere conveniência com status quo ou subordinação a determinados interesses econômicos.

A editoria de Polícia, também com bastante destaque, especialmente no *Diário da Manhã* e no *A Razão*, colaborou para ratificar a proximidade como critério de noticiabilidade mais frequente. Apesar disso, as notícias se caracterizam por serem pouco informativas e apelarem, por vezes, ao sensacionalismo. E não possuíam tamanha relevância para estarem presentes tão seguidamente nas capas.

Por fim, ainda que esse não tenha sido o objetivo do trabalho, notamos evolução gráfica considerável desses três jornais na última década. A diagramação digitalizada e a adoção de padrões dos grandes jornais são tendências, principalmente no *Diário Popular*. Ainda assim, *A Razão* e o *Diário da Manhã* carecem da profissionalização das suas redações. No expediente destes dois, consta apenas o nome do editor e cargos administrativos. A ocupação das vagas por pessoas de outras áreas do conhecimento impede o desenvolvimento do texto jornalístico mais qualificado, com base na apuração consistente dos fatos e na apresentação de um número maior de reportagens.

Em consonância com a atenção ao local, os jornais do interior também precisam expandir a consciência de que são partes importantes na constituição da cidadania das suas comunidades. Afinal, podem garantir acesso à informação, promover reflexões sobre temas locais, fiscalizar o poder público e dar voz aos anseios das populações. Por esses caminhos, há potencial para consolidarem uma interessante estratégia de diferenciação em relação aos jornais da Capital, garantindo credibilidade junto aos leitores como fiadores do interesse público por meio de uma “atuação comunitária”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADKE, Carlos Alberto. **Procedimentos discursivos nos jornais diários de Santa Maria: uma leitura analítica das manchetes e editoriais no período das eleições municipais de 2004**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

BANDEIRA, Ana; Weber, Karina. **Memórias da indústria gráfica de Pelotas através da trajetória do jornal Diário Popular**. Trabalho apresentado no XX Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas, 2011. Disponível em <www.ufpel.edu.br/cic/2011/anais/pdf/SA/SA_00498.pdf>. Acesso em 24 de novembro de 2013.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa : Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BORELLI, Viviane. **O processo de midiaticização do jornalismo: um estudo dos jornais Diário de Santa Maria e A Razão**. Trabalho apresentado no 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CC_06.pdf> Acesso em 24 de novembro de 2013.

BORELLI, Viviane; FANTONI, Fracieli. **Produção da notícia e novas tecnologias: uma análise da mutação da rotina nos jornais Diário de Santa Maria e A Razão**. Trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1514-1.pdf> Acesso em 24 de novembro de 2013.

CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.

CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

CESAR, GUILHERMINO. **História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1955.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo comunitário em cidades do interior**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

DORNELLES, Beatriz. **Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários**. IN: Revista Comunicação Midiática. Vol. 4, n.7. Bauru, São Paulo: 2008.

DILLENBURG, Sergio Roberto. **Carlos Von Koseritz**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1998.

ERICKSEN, Nestor. **O sesquicentenário da imprensa rio-grandense**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.

FACCIN, Milton Julio. **Jornais gaúchos e as demarcações da identidade regional**. Trabalho apresentado no V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, 2007. Disponível em www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/5o-encontro-2007-1>. Acesso em 24 de novembro de 2013.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2008.

FRIDERICHS, Bibiana. **Jornal O Nacional, Diário da Manhã e Bairro Leonardo Ilha: contextos e produção de sentido no jornalismo**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

HARTMANN, Nadja. **Diáriadamanha.com (Passo Fundo): um estudo de caso de jornalismo on-line na imprensa do interior do RS**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

HELPER, Arioli Domingos dos Reis. **1964: o Golpe Civil-militar pelas páginas do jornal A Razão (Santa Maria, RS)**. Trabalho de conclusão de curso. Curso de História, Centro Universitário UNIFRA. Santa Maria: UNIFRA, 2012.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. IN: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; VEIGA FRANÇA, Vera. **Teorias da comunicação : Conceitos, escolas e tendências**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LOPES, Dirceu; Sobrinho Coelho, José; Proença, José. **A evolução do jornalismo em São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Edicon, 1996.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Imprensa Farroupilha**. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ORTIZ, Renato. Um outro território. IN: BOLAÑO, Cesar. **Globalização e regionalização das comunicações**. 1. ed. São Paulo: EDUC : Universidade Federal de Sergipe, 1999.

ORTET, Fernando. **A realidade do jornalismo do interior é desconhecida**. IN: LOPES, Dirceu; Sobrinho, José Coelho; PROENÇA, José Luiz. A evolução do jornalismo em São Paulo: Edicon, 1996.

PADILHA DE OLIVEIRA, Débora. **Do impresso ao digital: como o *Diário da Manhã* e *O Nacional* se apropriam da linguagem online para fazer jornalismo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 2012.

PEDROSO, Rosa Nivea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PERUZZO, Cicilia. **Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências**. São Bernardo do Campo: Revista Comunicação e Sociedade, 2005. Disponível em: <www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos>. Acesso em 19 de outubro de 2013.

PERUZZO, Cicilia. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil**. São Bernardo do Campo: Revista Comunicação e Sociedade, 1998. Disponível em: <www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos>. Acesso em 19 de outubro de 2013.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2. vol. Florianópolis: Insular, 2005.

VIANNA, Lourival. **Imprensa gaúcha (1827-1852)**. 1. ed. Porto Alegre: Museu Hipólito José da Costa, 1977.

VIANNA, Ruth Penha Alves. **A informatização da imprensa brasileira**. São Paulo: Loyola, 1992.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

ANEXOS

As capas e as respectivas matérias de todas as edições analisadas – 11 de cada jornal, totalizando 33 exemplares - estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <www.issuu.com/luizkochhann>.